

HT-153



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A INDÚSTRIA DE CIMENTO NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO
MOÇAMBICANA, c 1960–1994, com referência especial à Fábrica
de Cimentos da Matola**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

Mário Ângelo

MAPUTO, 2005



**A INDÚSTRIA DE CIMENTO NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO
MOÇAMBICANA, C 1960-1994, com referência especial à Fábrica
de Cimentos da Matola**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

Mário Ângelo

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Supervisor: **Professor Doutor David Hedges**

MAPUTO, 2005

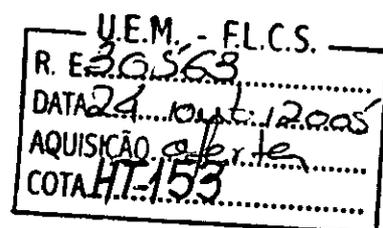
O Presidente

O Júri

O Oponente

Data

14/10/2005



Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abreviaturas.....	v
Tabelas	
Quadro 1) Capacidade instalada na região durante a década de 1960.....	15
Quadro 2) Fabricação de Cimento nas três Fábricas, 1960-1974	16
Quadro 3) N° global de trabalhadores nas três fábricas de cimento, 1965-1970.....	22
Quadro 4) Evolução da Produção de Cimento na fábrica da Matola, 1974 – 1980.....	24
Quadro 5) Saídas de cimento em moeda interna e externa, 1979-1984.....	32
Quadro 6) Produção do cimento em momento da crise económica, 1986-1990.....	40
Quadro 7) Comparação da tabela salarial normal e da fábrica de cimentos da Matola entre 1978 e 1987.....	43
Quadro 8) Produção da fábrica da Matola (período estatal e início do período privado), 1991-1994.....	43
Cap. I. Introdução.....	
1. Objectivos, Motivação e Justificação.....	1
2. Balizas Cronológicas.....	3
3. Revisão Bibliográfica.....	4
4. Objecto de Estudo.....	9
5. Hipótese do Trabalho.....	10
Estrutura do Trabalho.....	11
Cap. II. O Historial da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL.....	
1. Breve História da Fábrica de Cimentos da Matola.....	12
2. A Produção de Cimento no Período Anterior a 1974	13
3. As Condições Laborais na Fábrica Nos Anos 1960 – 1974.....	17
Cap. III. A Restruturação da Produção do Cimento, 1975–1979.....	
1. Os Antecedentes para a Intervenção do Estado na Fábrica de Cimentos da Matola...23	
2. Intervenção e Participação na Fábrica de Cimentos da Matola, 1979–1984.....	27
3. Intervenção e Produção, 1979–1984.....	30
Cap.IV. A Produção do Cimento em Tempo de Guerra, 1984 - 1990.....	
1. A evolução da Produção do Cimento entre 1984-1986.....	33
2. O Panorama Sócio Económico da Fábrica entre 1987-1990.....	35
3. Produção e Participação, 1987 –1990.....	37
Cap.V. As Condições Sócio-Económicas na Fábrica Durante o Período Estatal..	
1. Organização e Funcionamento da Fábrica.....	41

2. A Produção de Cimento no Último Período Estatal, 1991 –1994.....	47
3. Reabilitação da Fábrica no Contexto da Privatização, 1991 – 1994.....	49
VI.Considerações Finais.....	51
VII. Fontes Consultadas.....	55
1. Entrevistas.....	55
2. Documentos.....	55
3. Teses e Obras não Publicadas.....	55
4. Legislação.....	57
5. Relatórios.....	57
6. Revistas.....	57
7. Jornais.....	58
8. Obras Publicadas.....	57
VIII. Anexos	60

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação”.

Dedicatória

À meus pais Angelino Ângelo e Amélia Solomone, meus irmãos Ana Ângelo, Horácia Ângelo, Miguel Ângelo, Olga Ângelo, Teodomiro Ângelo, Victor Ângelo, Sérgio Ângelo e Angelino Ângelo

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho foi possível graças ao apoio e colaboração de muitas pessoas e entidades aos quais expresso a minha profunda gratidão em especial ao meu Supervisor, Professor Doutor David Hedges pelos valiosos comentários que desde o início concedeu e a generosa sugestão do título ao trabalho;

Ao grupo dos professores de História da Faculdade de Letras e Ciências Sociais pela ajuda e encorajamento que deram ao longo da minha formação na área de investigação científica;

Aos meus colegas de turma que muitas vezes juntos participamos na formação académica em difíceis circunstâncias;

À linhagem Ângelo, em especial aos meus irmãos Teodomiro e Sérgio que neles me inspirei para a continuação dos meus estudos, a Ana e o Victor que mesmo estando fora do país, aos meus cunhados Alberto Samo, Leonor Mónica e Inocência Baloi e seus filhos tanto contribuíram pelo apoio moral e material para a minha formação académica;

Aos bibliotecários do Arquivo Histórico de Moçambique, do Centro de Estudos Africanos e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais pela sua indispensável ajuda na localização de grande parte de fontes utilizadas nos capítulos dois, três e quatro;

Por último, os agradecimentos vão a todos os trabalhadores da Fábrica de Cimentos da Matola S.A.R.L. em especial ao sector pessoal que prontamente esteve disponível para cooperar e responder as minhas solicitações, particularmente os senhores António Clemente, Issufo Omar Issufo e Teodósio Clemente Dias Gouveia pela sua sábia experiência fabril que contribuiu significativamente para a realização deste trabalho.

Resumo

A questão do papel do Estado na economia relaciona-se meramente com as formas de propriedade, conduzindo a consequências de muito maior alcance em diversos aspectos. As profundas transformações político-económicas e sociais ocorridas depois da independência de Moçambique em Junho de 1975, consagraram e aprofundaram o carácter socialista da revolução. Decorridos os primeiros dois anos da independência, o Terceiro Congresso do Partido Frelimo realizado em 1977, atribuiu ao Estado a tarefa prioritária para a organização do sector produtivo de modo a assegurar a direcção centralizada da economia nacional.

Neste contexto, foram intervencionadas legalmente pelo Estado as empresas consideradas de interesse nacional e o processo se fez acompanhar pelo surgimento de dois problemas básicos para a direcção da economia: a fuga da mão-de-obra qualificada para o estrangeiro e a relevância da participação do trabalhador moçambicano no processo produtivo no momento de transição política para o socialismo.

O problema central deste longo debate versa sobre a resposta dada pelo novo Estado para as velhas formas de exploração da força de trabalho empreendidas pelo regime capitalista colonial na Fábrica de Cimentos da Matola S.A.R.L. Esta fábrica foi intervencionada em 1979, tendo sobrevivido eficientemente ao impacto económico da descolonização, mas, contudo enfrentou uma paralisação do sector de fabricação desde 1984 com o agravamento do conflito armado passando a dedicar as suas actividades na produção de cimento com base na matéria-prima importada até começos da década de 1990.

As alterações político-económicas que ocorreram no nosso país desde 1987 com a adopção pelo Governo do Programa de Reabilitação Económica (PRE), cujo conteúdo visava a rentabilização da actividade económica através da política de privatização, desconfigurou as relações sociais de produção nas empresas estatais onde algumas não conseguiram resistir às novas reformas políticas. Para a fábrica de cimentos, as mudanças político-económicas constituíram mais um teste de resistência uma vez que os trabalhadores foram direccionados para determinadas actividades específicas com o fim de assegurar a produção até ao momento da privatização desta unidade produtiva em 1994.

Abreviaturas

CIFEL — Companhia Industrial de Fundição e Laminagem

DANIDA — Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional

FMI — Fundo Monetário Internacional

FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique

NORAD — Agência Norueguesa para o Desenvolvimento

ONUDI — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

OTM — Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

PRE — Programa para a Reabilitação Económica

PRES — Programa para a Reabilitação Económica e Social

RDA — República Democrática Alemã

Capítulo I. Introdução

Este capítulo apresenta os critérios teórico-metodológicos que concedem a consistência técnica e científica ao trabalho através da demarcação dos parâmetros recomendados para a realização de trabalhos desta natureza.

1. Objectivos, Motivação e Justificação.

O presente trabalho constitui parte integrante da actividade curricular do Curso de Licenciatura em História e o seu objectivo consiste em avaliar as possibilidades da intervenção estatal sobre as empresas e discutir o processo participativo das massas trabalhadoras que no decorrer das grandes transformações que se abateram sobre o nosso país provocaram reflexos diversos nas relações laborais e de produção no período pós-independência. Portanto, o seu conteúdo reflecte as estratégias do Estado moçambicano para a manutenção dos níveis normais de produção nas empresas através do recurso ao planeamento centralizado como instrumento de controlo eficaz no contexto do modelo de desenvolvimento económico socialista adoptado no 3º Congresso do Partido Frelimo em 1977.

O processo evolutivo da economia moçambicana conheceu a seguir a independência nacional importantes transformações ocasionadas pelo reajustamento da economia política do país e da região com a África do Sul a evidenciar-se como protagonista dos acontecimentos que minaram o crescimento económico interno que vinha se operando desde o princípio dos anos oitenta. Este conjunto de evidências incapacitou o Estado no

decurso da implementação da política económica centralizada e a interacção dos constrangimentos foi avaliada a partir da realização do 4º Congresso do Partido em 1983, onde a Frelimo discutiu o papel da intervenção estatal na economia por um lado e da contínua deterioração dos termos de troca por outro que conduziam fortemente o país para uma situação catastrófica. As decisões do Congresso determinaram para a abertura do país relativamente a importância dos investimentos capitalistas sem se submeter a enorme pressão política. Essa mudança radical teve o seu impacto na economia e, por conseguinte, não deixa de ser um assunto a abordar ao longo deste tema.

A motivação pelo estudo desta área, circunscreve-se no interesse intelectual da análise das relações de cooperação entre Moçambique e os seus parceiros económicos que passaram a ser desde a independência no sentido dos países do leste. Com a adopção da estratégia socialista como alternativa económica, as empresas estatais passaram a dispor de novas estruturas laborais locais organizadas em conselhos de trabalhadores que certamente contribuíram para a organização da produção e para o cumprimento das metas previstas através dos planos estatais. Porém, este conjunto de elementos requer uma análise explicativa das opções do Governo que tiveram apoio significativo do operariado caracterizado pela sua enfraquecida natureza técnica para a direcção da economia nacional.

A opção por este tema encontra a sua justificação na análise dos desequilíbrios entre a política de intervenção estatal nas empresas e os factores internos aliados a estas que determinaram a sub-utilização da capacidade produtiva instalada. O carácter político das intervenções nem sempre teve o sucesso esperado pelas autoridades, interessando deste modo proceder a sua análise e os seus efeitos sobre a especificidade dos problemas que

daí resultaram. É importante salientar que tanto no período inicial, assim como no decurso dos anos, as transformações que ocorreram nas empresas quer ao nível da produção quer em termos dos trabalhadores, não estiveram à deriva de tal processo histórico. É desta forma que a exposição de ideias no presente trabalho tentará expor as experiências tidas pelos trabalhadores de uma importante unidade de produção básica do país: a Fábrica de Cimentos da Matola, S.A.R.L..

2. BALIZAS CRONOLÓGICAS

A Fábrica de Cimentos da Matola foi intervencionada em finais de Agosto de 1979 ao abrigo da Lei 16/75 de 13 de Fevereiro, Artigo 1º nº 1 e 3 do Decreto-lei 18/77 de 28 de Abril para a materialização do objectivo fixados no plano estatal e para assegurar nessa conformidade a correcta gestão da actividade produtiva da Companhia de Cimentos da Matola. A partir deste momento a fábrica passou a pertencer por lei ao Estado moçambicano mudando o seu respectivo nome para Fábrica de Cimentos da Matola E. E. (Empresa Estatal).

Em 1994, a fábrica foi privatizada com recurso ao Artigo 14 da Lei nº 15/91, pelo Decreto-lei nº 3/93 de 21 de Abril. Em virtude do processo de privatização esta fábrica passou a pertencer a uma sociedade por acções em virtude da assinatura de um acordo entre o Estado moçambicano e a Cimentos de Portugal – Cimpor, a 12 de Outubro de 1994. O Estado participou com 49 por cento, dos quais 20 por cento seriam alienados

aos quadros gestores moçambicanos e a contraparte estrangeira adquiriu 51porcento do capital global¹.

3. Revisão Bibliográfica

A função do Estado na economia é um tema de permanente actualidade nos dias que correm. As diversas fases do processo histórico que as sociedades atravessam tem encontrado os seus legítimos representantes políticos, defensores de opções políticas não coincidentes do processo de desenvolvimento económico e social de cada país. Antes de entrarmos propriamente na análise das implicações que ambas correntes produzem, vejamos o carácter radical das ideologias que em diante passaremos a analisar. A corrente neo-clássica defende um estado não intervencionista na economia e na sociedade, valorizando a actividade privada e o indivíduo na esfera da circulação². Em contraposição a esta corrente, encontramos os defensores da teoria Marxista que reconhecem a forte intervenção estatal na economia como um instrumento essencial para o progresso do povo onde a força empreendedora do desenvolvimento é exercida pela ditadura do proletariado³.

Neste debate que se pretende criar sobre o papel do Estado na economia constam algumas obras de carácter geral e específico para o caso concreto que o trabalho procura debruçar neste caso o papel do Estado na economia do pós-independência, constituindo por isso uma justificação da passagem de horas em fio que se teve de desprender para a

¹ Notícias, 04/01/1995, p. 9.

² Keynes, 1992, P. 14

³ Mosca, 1992, p. 51

compreensão do fenómeno⁴. Foi com, maior interesse que entretivemo-nos na leitura repetida de obras carregadas de valor histórico relativas ao período contemporâneo da história moderna do Moçambique independente.

A crise económica pós-colonial conduziu a uma situação social contraditória onde o discurso político se caracterizou pela sua inflamação ideológica justificando, no entanto, que a origem da crise derivava das deficiências do sistema colonial. Para rompermos com este posicionamento e compreender a lógica do processo de formação social codificada pelo centralismo democrático, acolhemos com entusiasmo os problemas que a obra de Bertil Egero, Mozambique: a dream Undone, The political economy of democracy, 1975-1984, (1992) apresenta, e identificamos o problema central que afectava tanto os trabalhadores representantes de todos os estratos sociais e raças da nossa sociedade por um lado, assim como o problema que contribuía para a degradação da economia por outro. O problema fulcral da análise consiste no seguinte: *como encontrar substitutos para as formas do Estado colonial em todas as necessidades de actualidade para disciplinar a força de trabalho e manter a eficiência e a produção?*⁵. — No que refere a esta questão de partida recorreremos à análise dos esforços do Estado nas empresas para contornar a situação da crise económica geral que afectava o tecido industrial baseando-nos concretamente nas experiências dos trabalhadores da Fábrica de Cimentos da Matola E.E., que conseguiu sobreviver no contexto da política de gestão económica centralizada no país.

⁴ O artigo de Sketchely (1980) é importante para a análise das experiências dos trabalhadores para a sua organização nas empresas durante a transição para o socialismo. Não é objecto de análise profunda por tratar exclusivamente da organização de trabalhadores de uma única empresa, neste caso da CIFEL.

⁵ Egero, 1992, p. 44

A utilização de uma vasta selecção de artigos e obras publicadas, revistas e jornais, assim como documentos complementares ao estudo, tomou um sentido múltiplo devido à variedade dos aspectos que abordam sobre o objecto e o período aqui estudado. Por exemplo, a leitura da obra de Anna Maria Gentili, O Leão e o Caçador: uma história da África Sub-Saariana, (1998), constituiu um privilégio para compreendermos a debilidade das estruturas económicas no contexto da Guerra Fria e no contexto macro-económico e histórico das independências africanas. Afigura-se de grande importância porque permite-nos afirmar com segurança que o sistema político e económico saído do terceiro Congresso da Frelimo em 1977 deveu-se a instabilidade do sistema político internacional.

Para reforçar este argumento, o contacto sempre constante com as obras de João Mosca nomeadamente: A Experiência Socialista em Moçambique, 1975-1986, (1999) e 'O Papel do Estado no Pós-Guerra e num Contexto de Reajustamento Estrutural' na revista Estudos Moçambicanos N° 11 e 12, (1992), enfatizamos a ideia de que as causas do insucesso do socialismo em Moçambique devem ser vistas não apenas na falha das opções política e económica do pós-independência, mas, sobretudo nas razões históricas e do momento político nacional e internacional de crise. Na análise do pós-guerra (guerra civil), Mosca apoia-se na ideia de que no momento das grandes transformações estruturais de uma sociedade, o papel do Estado deve ser fortificado para garantir uma saída eficaz da crise e no desenvolvimento, superando deste modo à instância económica no contexto da economia capitalista.

Embora oposto quanto à ideologia saída do Terceiro Congresso da Frelimo, o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Indústria apresentado em 1987, fornece-nos dados estatísticos importantes resultantes do cálculo económico nos diversos ramos de produção que nos permitem identificar os nós que causavam o estrangulamento na produção e que em certa medida na unidade de produção em estudo, os referidos dados mostraram-nos que as causas do declínio no sector não se ligavam propriamente aos problemas de herança colonial, mas sim, do peso com que o Estado carregava para a manutenção da produção e outros aspectos como o clima político do momento que não era propício para o desenvolvimento da actividade económica.

Com a deterioração dos termos de troca no nosso país após os meados da década de 1980, e o aparecimento da economia paralela e as pressões internacionais no sentido de afastar o país do socialismo, vários autores criticaram a forma pela qual as reformas político-económicas estavam a ser implementadas sob os auspícios do FMI e do Banco Mundial. Neste sentido o trabalho de Judith Marshall, Guerra, Dívida e Ajustamento Estrutural em Moçambique, o impacto social, (1992) para o contexto sócio-económico moçambicano defende o forte posicionamento estatal porque o PRE conduzia ao encerramento das empresas e a racionalização da força de trabalho marginalizava os grupos sociais mais vulneráveis. A sua leitura permitiu-nos ver porque é que os trabalhadores dos sectores sensíveis da sociedade (no caso da educação, da saúde e dos transportes) recorreram à sua arma tradicional, “a greve” neste período, enquanto que os trabalhadores da Fábrica de Cimentos da Matola, E. E., não participavam nestes tumultos.

Para melhor confrontarmos os resultados do impacto da intervenção do Estado na fábrica em termos da produção nos finais da década de 1980, a busca desinteressada da tese de licenciatura em economia de Rogério Nkomo, Indústria de Cimento em Moçambique: competição, pauta aduaneira e uso de capacidade, (1998) esclareceu-nos que o consumo da produção da fábrica no contexto da economia liberal era baixo devido à importação do cimento estrangeiro. Este aspecto levou-nos à interrogação sobre quais é que teriam sido os factores que levavam o Estado a não compensar as quebras na produção pela diminuição do efectivo laboral.

A análise da estrutura económica moçambicana no contexto de transição feita por Gottfried Wellmer, Mozambique: the economy, (s.d.) conduziu-nos à compreensão de que a política de recobertura financeira para as empresas intervencionadas visava o preenchimento dos seus défices sem se questionar se estas haviam operado com eficiência ou não, bastando para isso o seu recurso ao banco estatal. Em parte a atitude do Estado protegeu a empresa da sua falência total e ajudou-a na protecção dos trabalhadores do desemprego.

No decurso do trabalho de campo concluímos que, para a compreensão das alterações sócio-económicas na fábrica no pós-independência só podia ser assumida quando se conhecessem as condições dos trabalhadores que se operaram no período anterior a independência. A pesquisa feita neste domínio sobre as condições laborais na então cidade de Lourenço Marques (actualmente Maputo) por Jean Penvenne, Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974), antologia de artigos, (1993), permitiu

que chegássemos à conclusão de que as contradições do modelo colonial se agravavam devido ao conflito de interesses como o acesso ao emprego. Com a leitura aprofundada desta obra concluímos também que o desenvolvimento das relações sociais baseadas na discriminação racial visava a sobrevivência de um pequeno grupo de indivíduos de origem europeia e a tensão entre europeus e negros se agravava quando se tratava de benefícios singulares onde o recurso a legislação protectora sempre privilegiava os primeiros.

4. Objecto de Estudo

A intervenção do Estado na economia constituiu a prática política mais difundida pelas independências africanas dos meados dos anos sessenta⁶. Em Moçambique durante os anos 1974-5, o Governo de Transição elaborou instrumentos para o seu correcto funcionamento em diversos sectores económicos para a criação de um clima óptimo que permitisse a elevação da consciência de classe e o reforço do seu papel dirigente. Face às novas circunstâncias que tornavam difícil contornar as expectativas das autoridades, as intervenções de carácter político na economia foram consagradas a luz da Lei 16/75 de 13 de Fevereiro com vista a assegurar o desenvolvimento da actividade económica ou para impedir que essa actividade fosse ameaçada. Este princípio clarificava que o papel do Estado era o de estabelecer o controlo administrativo e a criação de normas jurídicas e regras para uma gestão eficiente do Aparelho do Estado.

No nosso país a intervenção vem se alterando desde o 4º Congresso do Partido Frelimo realizado em 1983 e o papel do sector privado se revela o de maior importância

⁶ Gentili, 1998, p.328

ao determinar os parâmetros específicos da actuação do Estado na economia em face das condições actuais do país. As facilidades com que se atribuem os males à intervenção do Estado pelo impacto negativo que teve na economia leva-nos a aprofundar este fenómeno que no plano industrial também teve os seus reflexos e tomando como foco da questão a Fabrica de Cimentos da Matola S.A.R.L.

Como nos referimos acima, o trabalho procura avaliar a participação dos trabalhadores desta fábrica no processo da intervenção do Estado para garantir a melhoria da sua produção entre 1979 -1994.

5. Hipóteses do Trabalho

Para a realização do estudo, partimos da hipótese segundo a qual a intervenção do Estado na Fábrica de Cimentos da Matola teve custos alheios aos trabalhadores mas internos à fábrica e ao Estado e intensificados pelo conflito armado.

1. A reacção dos trabalhadores foi positiva durante o processo de mudança e estes cooperaram com o Estado no cumprimento dos objectivos económicos;
2. Os trabalhadores receberam a dupla tarefa de controlar o funcionamento geral da fábrica e de se mobilizarem para a tarefa conjunta de travar a queda da produção;
3. A destreza demonstrada pela administração da fábrica demonstra a sua pura identificação com o Estado.

Estrutura do Trabalho

Depois de abordarmos os aspectos teórico-metodológicos no capítulo introdutório, é apresentado no segundo capítulo um breve historial da fabricação do cimento em Moçambique, abarcando deste modo o período da entrada em funcionamento da primeira fábrica seguida da análise da produção do cimento no período anterior a 1974 e das condições laborais neste sector entre 1960 e 1974.

No terceiro capítulo são analisadas as transformações das relações parciais da fábrica com o Estado onde se evidenciou a sua apropriação nas formas legais durante a fase de transição socialista. No entanto, a análise da produção como reflexo da mudança de propriedade neste trabalho é precedida de um estudo relativo ao esforço do Estado para manter a organização ideológica da força de trabalho na fábrica em estudo.

No quarto capítulo, inicialmente é feita a análise da produção do cimento em tempo de guerra e depois no contexto do PRE, e é realizada para a compreensão dos esforços do Estado para evitar a paralisação das empresas e das consequências sociais dessa paralisação. O panorama se expande numa situação político-económica nacional e internacional pouco propensa para estimular a rentabilidade económica das empresas estatais.

No quinto capítulo o estudo debruça-se sobre o carácter das relações sócio-laborais com a introdução do princípio do centralismo democrático na fábrica em 1979, a sua sobrevivência no contexto do PRE, a produção do cimento entre 1991 e 1994 e dos preparativos político-económicos para a sua privatização.

Capítulo II. O Historial da Fábrica de Cimentos da Matola, S.A.R.L.

O presente capítulo apresenta o período da criação da primeira unidade fabril e os aspectos políticos que ditaram a mudança da sua propriedade ao longo do século XX e a evolução da produção e do tecido social no sector cimenteiro nacional. As relações sócio-laborais decorrentes neste sector foram determinadas pela injusta aplicação da lei discriminatória e a oscilação constante do efectivo africano obedeceu a esta lógica.

1. Breve História da Fábrica de Cimentos da Matola, S.A.R.L.

A história da produção de cimento em Moçambique data de 1923⁷, ano de abertura da primeira fábrica no sul do Save denominada Companhia de Cimentos da Matola localizada nos arredores da cidade de Maputo. Desde o início, este empreendimento constituiu um dos sectores chave para a execução dos planos de desenvolvimento concebidos pela metrópole para o desenvolvimento das infra-estruturas sócio económicas na ex-colónia de Moçambique. Em 1944, António Champalimaud adquiriu a Companhia de Cimentos da Matola ao Banco Nacional Ultramarino e no ano seguinte obteve uma autorização para a instalação na colónia de duas novas unidades do ramo, sendo uma na Beira e a outra em Nampula. Estas unidades começaram a produzir o cimento a partir de 1951 e 1963, respectivamente⁸.

Novos investimentos foram realizados na fábrica da Matola em 1971 que culminaram com a montagem do 'forno via seca', responsável pelo aumento da

⁷ Nkomo, 1998. p. 2

⁸ Clarence-Smith, 1985, p.178.

capacidade de produção para 600.000 toneladas por ano e em 1974 entrou em funcionamento⁹. A pedreira de Salamanga explorada desde 1961, constituiu desde sempre a fonte principal para a extracção do calcário no sul do país. O calcário é um componente fundamental para o fabrico do clínquer (produto semi-acabado) e a última vez que se extraiu da mina foi em 1982 e dois anos depois, as fábricas da Matola e Beira passaram a importar a matéria-prima devido ao agravamento da guerra civil no país¹⁰.

Com a introdução em 1987 do Programa de Reabilitação Económica (PRE) e o seu prolongamento em 1992 para Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), registou-se uma transformação das empresas estatais para o capital privado. Foi no âmbito da política de privatização e alienação dos bens patrimoniais do estado que a Cimentos de Moçambique E.E., foi privatizada em 1994¹¹, precedida de uma reabilitação iniciada em 1990.

2. A Produção do Cimento no Período Anterior a 1974

Historicamente o cimento constituiu um dos produtos chaves para a execução dos planos de desenvolvimento da colónia. A necessidade para a expansão da sua produção interna foi determinada pela fixação dos colonos¹², do crescimento da actividade comercial e industrial, assim como da necessidade para a redução dos custos da sua importação¹³. A produção de cimento em Moçambique começou em 1923 com a instalação da fábrica da Matola e o seu verdadeiro significado iria se verificar a partir dos

⁹ Tempo, 17.07.1994, p.19

¹⁰ *Idem.*

¹¹ Notícias, 04.01.95, p. 9

¹² Hedges e Rocha, 1999, pp.164; 169

¹³ Economia de Moçambique (1), Dezembro, 1963, p.2

meados de 1945 como resultado da mudança de propriedade da empresa. A sua capacidade produtiva passou de 36 000 toneladas por ano para 51 000 em 1945, e desta para 141 000 em meados da década de 1950¹⁴. No mesmo período começou a produzir a segunda unidade de produção em Dondo com capacidade de 60 000 toneladas por ano e que mais tarde viria a ser elevada para 100 000 toneladas¹⁵. Em paralelo com a implementação dos planos de desenvolvimento industrial¹⁶, a construção das principais cidades como Lourenço Marques (actual Maputo) e Beira e da Barragem de Cahora Bassa no Songo, a produção do cimento conheceu uma alteração significativa na sua estrutura ao passar a produzir em moldes cada vez maiores não só para abastecer o mercado interno, mas também para fornecer aos países vizinhos nos meados da década de 1960. Na realidade, em 1963 entrou em funcionamento uma nova fábrica em Nacala com a capacidade instalada de 90 000 toneladas anuais, constituindo a primeira a ser equipada com uma maquinaria adequada para a produção do cimento branco. Com o aumento da produção do cimento na colónia de Moçambique, em 1964 iniciou-se a sua exportação com destino a Suazilândia, embora fosse em quantidades reduzidas. Esta abertura permitiu a realização de um estudo com vista a sua exportação para o Malawi no âmbito da construção da barragem em Tete. Em 1965 foi instalada a terceira linha de produção na fábrica da Matola que foi responsável pelo aumento da capacidade para 331 000 toneladas por ano.

A eficiência dos investimentos portugueses em Moçambique estava na altura fortemente dependente da sua interacção com o capital estrangeiro, factor muito importante para determinar a regularidade da qualidade da produção nas unidades

¹⁴ Santos, 1959, P. 202

¹⁵ Economia de Moçambique (9), vol. 2, Setembro, 1965, p. 55.

¹⁶ Hedges e Rocha., 1999, p.129

produtivas coloniais. Na industria cimenteira o caso era um pouco diferente, pois, desde a sua constituição em 1945 teve um único accionista, o industrial António Champalimaud¹⁷, determinando por isso a fragilidade da sua eficiência no fornecimento da sua produção quer em qualidade quer em quantidade. Por exemplo, no momento da construção da Barragem de Cahora Bassa em finais da década de 1960, a Companhia de Cimentos de Moçambique responsabilizou-se pelo fornecimento de cimento, sendo que ao longo da execução da obra esta viesse a ser criticada pelos empreiteiros do projecto devido a qualidade irregular do cimento¹⁸. A resposta que esta encontrou, segundo um entrevistado, consistiu na importação do cimento espanhol da marca 'Canigo' e que durante a sua chegada a Moçambique teria sido embalado ou despachado como produto daquela companhia por forma a suprir todas preocupações constantes dos empreiteiros e para o reforço de cimento à fábrica¹⁹. Este aspecto testemunhou a incapacidade do capital português de operar plenamente em áreas onde o investimento suscitava grandes riscos²⁰. Uma análise comparativa da capacidade de alguns centros motores para a produção de cimento na África Austral durante a década de 1960 demonstra o seguinte resultado:

Quadro 1: Capacidade instalada na região durante a década de 1960

	Número de unidades	Capacidade global t/ano
África do Sul	14	3 777 000
Federação das Rodésias	5	951 000
Moçambique	3	531 000

Fonte: Economia de Moçambique (1), Dezembro, 1963, p. 2

¹⁷ António Champalimaud, 1999, p.45

¹⁸ Clarence-Smith, 1985, p. 222

¹⁹ Entrevista com Cabral Filomone Zandamela

²⁰ Torp, 1978, p.5

O quadro acima mostra a projecção do sector cimenteiro nacional e as necessidades dos investimentos neste dependiam da evolução das infra-estruturas sócio-económicas projectadas neste período. Neste sentido, a utilização da capacidade estava paralelamente relacionada com os projectos do Estado colonial. A necessidade de mais investimentos na década de 1960 foi encorajada pelos planos de construção da Barragem de Cahora Bassa, não obstante, a razão da construção de uma terceira fábrica na região norte para garantir o fornecimento de cimento a este empreendimento.

De acordo com Leite, a percentagem da produção industrial global durante a década de 1960 e 1970 decresceu proporcionalmente, não obstante, a produção de cimento registou um aumento a partir de 1965²¹. A evolução desta produção na Colónia de Moçambique neste período acusou os seguintes números:

Quadro 2: Fabricação de Cimento nas três Fábricas, 1960-1974

Ano	Produção 1000 t	Ano	Produção 1000 t	Ano	Produção 1000 t
1960	221 794	1965	221 677	1970	394 100
1961	212 146	1966	225 317	1971	415 600
1962	178 564	1967	242 489	1972	467 917
1963	163 154	1968	288 245	1973	611 189
1964	102 097	1969	309 514	1974	465 058

Fontes; Economia de Moçambique (9), Vol. II Dezembro, 1965, p. 54; IV Plano de Fomento, 1973, pp. 17-20; Estatística Oficial do Gabinete de Control da Qualidade da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL, 2005; Leite, 1989, pp. 896-899

A expansão da produção do cimento concretizou-se pela necessidade do auto-abastecimento da colónia com a intensificação dos planos de construção civil e obras

²¹ Leite, 1989, p. 647

públicas que se desenvolveram no último período colonial²². O papel do governo colonial diante da debilidade da sua estrutura económica consistiu em favorecer os interesses dos grupos monopolistas e da sua população, impedindo desta forma uma concorrência desregrada nos investimentos produtivos através da sua intervenção nos mesmos²³. Enfim, este capítulo mostra que os factores que condicionavam a evolução da produção neste sector estavam completamente dependentes da evolução dos investimentos feitos no âmbito da execução dos planos de construção na colónia.

3. As Condições Laborais na Fábrica nos Anos 1960 - 1974

A modernização iniciada durante a última fase do colonialismo permitiu uma rápida edificação de grandes complexos industriais e uma absorção de mão-de-obra que inevitavelmente afectou as populações africanas de forma diferenciada²⁴. Os mecanismos legais para garantir o seu fornecimento foram accionados de forma que a transformação do camponês para trabalhador assalariado obedecesse a formas muito complexas no nosso país resultantes das contradições que reflectem a crise da própria estrutura capitalista colonial em quase todos os sectores económicos de produção.

Os trabalhadores da então Companhia de Cimentos de Moçambique tiveram a sua experiência laboral semelhante com a experiência dos trabalhadores das outras unidades industriais de produção onde a força de trabalho era na sua maior parte garantida por trabalhadores africanos. Teoricamente considerados não qualificados por não disporem de nenhuma formação técnica comprovada e estando sujeitos a leis discriminatórias,

²² IV Plano de Fomento, 1973, p.35

²³ Santos, 1959, pp. 111 e 185

²⁴ Penvenne, 1993, pp.122-123

nunca conseguiram elevar a sua luta de classe até ao nível dos seus próprios interesses sociais. As condições de trabalho africano no sector cimenteiro reflectiam uma relação de dependência muito forte com a regulamentação do trabalho que iam desde a punição pelo não pagamento do imposto (chibalo), à prestação de trabalho não remunerado para esse dia por um ligeiro atraso do trabalhador dada a longa distância que separava a sua residência e da fábrica e da ausência de uma legislação laboral homogénea que pudesse incluir todos os trabalhadores na absorção de privilégios e melhores salários²⁵. A maioria dos informantes que foram admitidos neste período recordam mais das dificuldades por eles enfrentadas sem direito a férias e nem ao descanso nos dias considerados “feriado nacional” de Portugal que eram aqui comemorados. Por outro lado, a imigração de colonos dinamizada pela dita modernização industrial iniciada na década de 1960 forçava cada vez mais estes trabalhadores a um nível de subsistência ao verem reduzidas as suas posições a favor dos europeus que sem experiência recebiam salários diferentes graças à legislação protectora publicada em 1962. O Código de Trabalho Rural, que entrou em vigor a partir de 1 de Outubro de 1962, no seu conteúdo contemplava todos trabalhadores rurais e não rurais²⁶. Capela mostra algumas das limitações dessa legislação onde o trabalhador africano em diversas situações permanecia classificado como *servente*²⁷ ou por outras palavras *auxiliar* e fora da protecção sindical corporativa. Uma relação entre o Código de Trabalho Rural e o seu impacto sobre os trabalhadores africanos não assimilados na fábrica em estudo mostra que a sua aplicação protegia mais os europeus e assimilados, aqueles que eram considerados *cidadãos* e não ao africano habitualmente considerado por “indígena”, com experiência ou não, quer com a quarta classe quer não,

²⁵ Hedges e Rocha, 1999, pp. 174

²⁶ Capela, 1977, p. 259.

²⁷ *Ibidem.* p. 264.

resumindo nas palavras de Capela esta legislação de trabalho era *declaradamente prevista para europeus*²⁸. A diferença salarial e as condições de trabalho que o trabalhador africano estava sujeito foram mais penetrantes com a vinda de mais colonos na fábrica²⁹ sem experiência de trabalho e cujo destino não era a fábrica, mas sim, aos núcleos de colonização e aldeamentos concebidos pelo governo no quadro da política de povoamento da colónia³⁰. De certa forma a posição do trabalhador africano ficou mais estreita sob constante controlo dos *fiscais* brancos, sipaios e capatazes que pouco ou nada sabiam fazer se considerarmos as actividades realizadas pelo trabalhador africano na fábrica. Este fenómeno pode ser comprovado com as palavras da Cabral Filimone Zandamela que ingressou nesta fábrica em 1965:

Eu trabalhava no laboratório ao lado de colegas bem treinados e todos tínhamos feito a quarta classe. Como não éramos assimilados, por isso o nosso trabalho era considerado obra mais barata. Éramos nós que controlávamos o trabalho dentro da fábrica e tínhamos guardas "capatazes" que estavam em constante vigilância e os brancos, ensinavam somente aquilo que nós tínhamos que fazer e assim acabávamos por dominar a prática. Alguns brancos também tinham um nível de escolarização baixo mas que ganhavam melhores salários que nós negros.

A administração da fábrica elaborou vários esquemas para o tratamento do africano aspirante ao trabalho e um deles pode ser encontrado no percurso pelo qual este tinha de obedecer até a sua integração definitiva no posto indicado. Embora o destino deste trabalhador não fosse o chibalo, também tinha de passar por vários sectores de trabalho pesado para provar que de facto seria capaz de ser definitivamente contratado para o sector em que fora admitido³¹. O sistema de produção instalado na fábrica denominado "Via Húmida" era bastante antiquado e requeria uma maior participação humana e muita

²⁸ *Ibidem.*, p. 265

²⁹ Entrevista com Joshua Henriques Massango

³⁰ Figueira, 1970, pp. 104-111

³¹ Entrevista com Joshua Henriques Massango

energia e sujeitava os trabalhadores a trabalharem em difíceis condições e tecnicamente desprotegidos no forno, desprovidos do equipamento apropriado como máscaras e luvas³². Nos anos de melhorias na fábrica onde o africano começava a ter alguma consideração segundo os informantes, a tendência para a continuação da discriminação ainda prevalecia. O trabalhador africano qualificado, no momento da sua admissão era sujeito a testes psicotécnicos mesmo que tivesse frequentado o Instituto Industrial de Lourenço Marques, facto que não era frequente acontecer com um cidadão branco³³. Este trabalhador africano estava sujeito a um controle em que por cometer uma simples falha poderia ser despedido imediatamente. Um outro aspecto claro de discriminação que marcou o último período colonial na fábrica foi o acesso ao centro social que se denominava “clube” na então companhia de Cimentos. Segundo Joshua Henriques Massango que ingressou na fábrica nos meados de 1949 afirma o seguinte:

Eu fui contratado para o laboratório mas tive que percorrer toda a fábrica para apreender o respeito e para saber tratar o branco como patrão e como sinal de obediência. Primeiro fui admitido para a britagem como descarregador de vagões, a seguir saí para o transporte de vagonetas de argila para o desmassador e depois passei para o transporte do clínquer ao moinho de cimento. Finalmente, depois de dois anos é que fui colocado no laboratório. Este tipo de probatório sofreu algumas modificações no que diz respeito ao período de permanência no estágio porque com as reformas de 1962 o trabalhador africano passou a estagiar durante seis meses embora sem salários correspondentes a esse período até aos inícios dos anos 1970.

A tecnologia com que operávamos antes de 1974 veio de Portugal e era bastante dispendiosa em todas as fontes de energia e exigia uma maior concentração de trabalhadores. A maioria dos trabalhadores na fábrica eram do chibalo e vinham das administrações de Chibuto, Manjacaze e Zavala por um período de seis meses e estes faziam trabalho forçado até os meados da década de 1960. As condições do seu abrigo e de segurança no trabalho eram quase que inexistentes. Apenas os brancos é que tinham o equipamento como o colete para o trabalho no forno e luvas. A abertura de um clube para negros constituiu uma melhoria embora os brancos dissessem que o dos brancos era para oficiais e o nosso pertencia aos ajudantes”.

³² Entrevista com Abientarde Gonsalves Mavie

³³ Entrevista com Teodósio Clemente Dias Gouveia

Não só devido às pressões internacionais, mas também da iminência da eclosão da luta de libertação nacional no Sul de Moçambique, os colonos pressionaram para uma rápida transformação dos trabalhadores africanos por volta de 1970, aproximando-se mais a eles na fábrica, abrindo um centro social especificamente para negros (portanto, ainda na base 'racial'), com uma vontade de os ensinar a realizarem determinadas actividades como a mecânica, a carpintaria e a serralharia, áreas em que anteriormente o conhecimento se destinava somente aos considerados "brancos". Por outro lado a função de tal aproximação significou a possibilidade de conter os africanos no emprego, desviando-os de uma possível colaboração com os militantes da Frelimo no sul do país. Por volta de 1968, com a ligeira alteração da disposição nas relações de produção na empresa, os africanos passaram a constituir um grupo de futebol, o salário de um trabalhador semi-qualificado alcançou os trinta escudos diários e cinco para o não qualificado³⁴ e foi dada a oportunidade para os filhos dos trabalhadores africanos apanharem a carrinha escolar que transportava os filhos dos colonos à escola³⁵. Embora estas concessões representassem o depósito de confiança para com os negros, não foram suficientes para aliciar aqueles que eram o garante da produção, daí que as razões para a eclosão da greve levada a cabo pelos trabalhadores moçambicanos na fábrica em meados de 1974 fossem aceites pelo patronato. Filomone Mazive que ingressou na fábrica em 1972 testemunha o seguinte:

Nós aderimos a greve logo após o 25 de Abril em Portugal e fomos apoiados por alguns oficiais brancos porque as nossas exigências eram claras. Exigíamos melhores salários, melhorias nas condições de trabalho e sobretudo

³⁴ Entrevista com Joshua Henriques Massango; Mondlane, 1976, p.41

³⁵ Entrevista com Joshua Henriques Massango

o direito aos cuidados de saúde em caso de doença do trabalhador e do subsídio de turno. A mudança de turnos que se fazia a meia noite era muito difícil para nossos colegas que viviam nos arredores porque percorriam cerca de quatro horas de tempo a pé para prestarem oito horas no local de trabalho. Havia muita coisa de errado e que solicitada a intervenção da PIDE-DGS pela administração da fábrica, esta quando chegou viu que os grevistas tinham razão e eram apoiados por outros brancos, por isso não intervieram.

Este é o contexto histórico pelo qual o trabalhador africano se via directa ou indirectamente envolvido nas empresas estatais e privadas da última fase do poder colonialista em Moçambique. No decurso do período 1965-1970, os efectivos empregados nesta indústria em toda a colónia experimentaram a seguinte evolução:

Quadro 3: N° global de trabalhadores nas três fábricas de cimento, 1965-1970

1965	1966	1967	1968	1969	1970
1010	1029	993	951	893	825

Fonte: IV Plano de Fomento, Parte III, Relatórios Sectoriais: vol IV, Industria transformadora, Lourenço Marques, 1973, pp. 6-9

A variabilidade do número efectivo dos trabalhadores das três fábricas empregues neste sector reflecte a posição deficiente da contribuição do trabalhador africano no processo produtivo que segundo critérios de ocupação não lhe conferiam nenhuma segurança no trabalho. O volume do emprego era predominantemente africano e a sua oscilação ao longo dos anos acima mencionados evidenciava em algumas situações despedimentos ou fugas devido à intensidade da aplicação da legislação laboral³⁶ que vigorou neste período. A companhia de Cimentos de Moçambique estava entre os sectores privados da indústria onde o trabalhador africano continuou a vender a sua mão-de-obra a um preço de flagrante exploração humana até aos princípios da década de 1970³⁷.

³⁶ Notícias, 08.07.1974, p.3

³⁷ Entrevista com Cabral Filimone Zandamela

Capítulo III. A RESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CIMENTO, 1975-1979

Com a passagem do poder para as mãos dos moçambicanos em 1975, a acção do Estado consistiu na intensificação de controlo económico de modo que todas as actividades não fossem prejudicadas. Neste contexto a apropriação de bens económicos capitalistas foi realizada de modo a garantir a sua plena manutenção, pois, os sinais de crise já eram evidentes com o abandono do respectivo quadro técnico especializado.

1. Os antecedentes para a intervenção do Estado na Companhia de Cimentos de Moçambique

O panorama da indústria cimenteira nacional conheceu alterações profundas após a independência de Moçambique em Junho de 1975. As transformações políticas, económicas e sociais que ocorreram no nosso país neste período também tiveram o mesmo tipo de perturbações em Portugal logo após o golpe de Estado em Abril de 1974. As circunstâncias que levaram à queda do regime salazarista motivaram a nacionalização das empresas portuguesas nas colónias que no passado haviam constituído propriedade dos anteriores grupos monopolistas passando à pertença do Estado através dos departamentos administrativos do Banco Pinto & Sotto Mayor e do Banco de Fomento Nacional³⁸. Foi neste contexto que o grupo monopolista português Champalimaud, que se havia evidenciado na produção de cimento quer na metrópole quer nas colónias, viu as suas fábricas também nacionalizadas e as responsabilidades destas transitaram para a

³⁸ Notícias, 08.04.1979, p. 2.

empresa Cimentos de Portugal – Cimpor - detentora de 90% do capital social das empresas cimenteiras de Moçambique no referido momento³⁹. As dificuldades que a empresa mãe, a Cimpor, apresentou relativamente às questões de garantia da assistência técnica e o pleno funcionamento das três fábricas existentes no nosso país, condicionaram para uma intervenção destas por parte do Governo moçambicano em 1979.

A intervenção moçambicana foi precedida de várias conversações com a contra-parte portuguesa para o saneamento dos compromissos de assistência técnica e financeira anteriormente acordados. Tendo sido constatada a possibilidade do encerramento parcial de algumas secções significativas da empresa⁴⁰ e do abandono do seu respectivo quadro técnico, o Terceiro Congresso da Frelimo realizado em 1977, definiu expressamente a tarefa de assegurar a assistência técnica e a manutenção dos equipamentos das fábricas de cimento existentes no país como condição para assegurar o emprego, a plena utilização da capacidade instalada e para o aumento da produção⁴¹. Os investimentos feitos pelo Governo Moçambicano através do Banco de Moçambique e do Ministério da Indústria e Energia, alcançaram até Dezembro de 1978 o valor de 967 000 contos⁴². Vejamos de seguida o quadro comparativo da evolução condicionada pelo primeiro investimento feito pelo Estado moçambicano na fábrica da Matola:

Quadro 4: Evolução da Produção de Cimento na fábrica da Matola, 1974 - 1980

1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
215 148	137 565	111 380	203 537	135 776	167 133	143 753

Fonte: Estatística Oficial do Gabinete de Control da Qualidade da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL, 2005.

³⁹ BOLETIM OFICIAL, I Série – nº 97, 19.09.79, p. 301

⁴⁰ Entrevista com Mário Reis

⁴¹ *Idem.*

⁴² Notícias, 08.04.1979, p. 2.

Em 1979 assistiu-se uma resposta positiva dos investimentos estatais realizados nesta fábrica e a correspondência dos esforços do Governo para demonstrar o desinteresse apresentado pelos respectivos accionistas da empresa para a concretização do plano central da economia elaborado para este sector.

Nos finais de Março de 1979 decorreu a quarta série de conversações referentes a questões práticas relativas a participação da parte portuguesa nos seus investimentos em Moçambique. Durante o ciclo de conversações, a delegação portuguesa manteve como exigência por forma a materializar os seus compromissos mediante a assunção das autoridades moçambicanas dos problemas que afectavam a fábrica e também da necessidade de autonomizar a fixação dos preços, pois os então praticados eram baixos⁴³. O desfecho não consensual do litígio que opunha as autoridades dos dois países e do facto de que o principal accionista ter sido constantemente alertado para a situação decorrente no ramo da produção do cimento, o Governo moçambicano achou por bem e para garantir o pleno funcionamento das fábricas, suspender em Setembro de 1979, todos os órgãos da empresa e a instalação de um novo conselho de administração predominantemente moçambicano⁴⁴.

O declínio da fabricação de cimento que vinha decorrendo desde 1975 constituiu um marco para o aparecimento dos primeiros nós de estrangulamento da produção da fábrica da Matola. O tipo de equipamento instalado em 1974 (o forno de via seca), foi concebido para receber reparações gerais nos seus componentes mecânicos num espaço temporal de quatro em quatro anos⁴⁵ como forma de garantir a sua eficiência operacional.

⁴³ Tempo, 08.04.1979, p.9.

⁴⁴ BOLETIM OFICIAL, I Série - nº 97, 19.09.79, p. 302

⁴⁵ Entrevista com Teodósio Clemente Dias Gouveia

A falta de correspondência dos seus legítimos proprietários para a referida reparação colocou deste modo a empresa numa situação prática de abandono e de falência técnica. Com recurso ao financiamento estrangeiro e do Orçamento do Estado, em 1978 foi levada a cabo uma acção para a execução de reparações gerais com o objectivo de evitar consequências económicas e sociais graves que poderiam advir do seu encerramento e também uma forma de torná-la mais rentável.

De acordo com Hermele, a “política de intervenção estatal” nas empresas foi assumida não como parte de tal premeditada estratégia, mas ainda como uma medida para o salvamento do Estado do grande perigo: o colapso total da actividade económica⁴⁶.

As conquistas da independência no plano económico após os cinco anos da sua consagração reflectiram-se em 1980 quando o falecido Presidente Samora Machel liderou a campanha política contra os males que afectavam a economia nacional depois de se ter concluído que apesar de se registar na altura um crescimento assinalável, o Estado ainda não estava em condições de controlar e dirigir o sistema económico do país na sua totalidade. A estrutura económica colonial permanecia intacta⁴⁷.

A ‘ofensiva presidencial’ enquadrava-se nas visitas que o presidente ia efectuando às empresas, hospitais e aeroportos do país para se inteirar das dificuldades que afectavam estes sectores. Foi no âmbito desta ofensiva que o presidente visitou a Fábrica de Cimentos da Matola e afirmou o seguinte:

A fábrica de Cimentos era um instrumento de opressão e de discriminação. Um instrumento para o exercício do trabalho forçado. Hoje a fábrica de cimentos é um instrumento de libertação⁴⁸.

⁴⁶ Hermele, 1988, P. 6.

⁴⁷ Tempo, 17.02.1980, p. 11

⁴⁸ *Ibidem.*, p.5

Com uma melhor compreensão dos antecedentes acima apresentados podemos concluir que o afastamento das autoridades portuguesas para a continuação dos seus objectivos económicos no nosso país, constituiu o arranque na direcção certa (teoricamente)⁴⁹ do Governo da então - República Popular de Moçambique para realizar a intervenção com carácter político-económico nas três fábricas de produção de cimento em Moçambique no ano de 1979.

2. Intervenção e Participação na Fábrica de Cimentos da Matola, 1979-1984

O presente aspecto de pesquisa centra-se principalmente na natureza da intervenção e o seu impacto sobre as relações sociais de produção na fábrica em estudo. A premissa básica que parece estar subjacente aos resultados do trabalho é de que o problema que afectava a produção no período inicial da intervenção do Estado na Fábrica de Cimentos da Matola entre 1979 e 1984, não estava directamente relacionado com a falta de pessoal experiente no sector em estudo, neste caso o sector de produção, mas sim as dificuldades situavam-se a um nível mais avançado da empresa, o nível de direcção ou de administração. As estruturas políticas estabelecidas no sector de produção, tais como os Conselhos de Produção e as Células do Partido Frelimo, tiveram capacidade para resolver as contradições resultantes do tratamento diferenciado do trabalho intelectual e manual.

Uma análise efectuada sobre os processos de vinte trabalhadores que ingressaram na fábrica antes da independência demonstrou que os antecedentes dos operários não são tanto de inexperiência em termos de emprego industrial como assumem os autores de

⁴⁹ As empresas estatais que deveriam constituir o sector impulsionador do desenvolvimento e das mudanças (...), imediatamente se transformaram num dos principais factores causadores da crise económica. Mosca (1999), faz uma interessante abordagem em relação a estes aspectos.

diversas obras⁵⁰ que abordam relativamente sobre aquele período. A maioria dos processos laborais analisados demonstra que para além de terem experimentado anteriormente outros empregos (alguns haviam passado das minas sul-africanas como electricistas e serralheiros)⁵¹, eles já haviam acumulado um amplo domínio sobre o processo produtivo que permitiu no momento do abandono dos colonos, passarem a substitutos directos destes e de serem capazes de se identificarem com a fábrica. Portanto, a intervenção do Estado neste sector reflectiu-se na transformação técnica destes operários em verdadeiros mestres, procedendo deste modo ao seu reencaminhamento a importantes centros de formação profissional quer no interior do país quer no estrangeiro⁵². A partir do diálogo tido com os trabalhadores que presentemente se encontram na situação de aposentados e que estiveram afectos no sector de produção na fábrica no período em estudo, foi-nos informado que, em relação aos maiores problemas originados pelas transformações laborais após a independência, as dificuldades não provinham do factor força de trabalho porque este já demonstrava uma familiaridade quase total com os processos de produção e com as normas de disciplina da fábrica. As dificuldades estavam relacionadas com o facto de a fábrica ter funcionado em más condições técnicas para garantir a sua eficiência tais como a falta de manutenção e afinação da maquinaria⁵³.

As comissões de avaliação profissional dos trabalhadores criadas pelo Estado na empresa eram normalmente constituídas por um júri composto pelo director da fábrica, o director de produção e o chefe de pessoal. Os exames consistiam na reparação de

⁵⁰ Pode-se mencionar, por exemplo, World Bank, 1985

⁵¹ Entrevista com Ricardo Tembe

⁵² Egero, 1992, p.14

⁵³ Entrevista com Joshua Henriques Massango e Cabral Filimone Zandamela

determinadas componentes quer eléctricas quer mecânicas dos equipamentos e os resultados das provas práticas eram geralmente positivos em relação aos exames teóricos.

A cooperação internacional que Moçambique desenvolveu com os países socialistas permitiu o alargamento e melhoria das capacidades profissionais básicas dos trabalhadores moçambicanos que no período colonial havia-lhes sido dificultado o acesso a qualquer tipo de formação técnica que lhes habilitasse a uma qualificação profissional reconhecida. Neste âmbito a escassez do pessoal qualificado na empresa foi compensada tanto com o recurso ao pessoal estrangeiro e também do envio em 1980 de alguns electricistas, técnicos de laboratório, serralheiros mecânicos e operadores de comando para a então República Democrática da Alemanha e Cuba para serem treinados e capacitados em matérias laborais⁵⁴.

Devido à inexistência de dados oficiais relacionados com os números dos trabalhadores abrangidos pela iniciativa, torna-se difícil avaliar o impacto da cooperação internacional nesta fábrica, mas com base nas estatísticas de produção da fábrica de Cimentos da Matola que no decorrer deste trabalho vamos apresentando, é possível afirmar que desde 1979 até 1984 a fábrica começou a acumular prejuízos financeiros não directamente resultantes da qualidade da força de trabalho, mas sim da falta de divisas para a aquisição do material de reposição seguida do agravamento no fornecimento da matéria prima com início da guerra.

⁵⁴ Entrevista com Issufo Omar Issufo

3. Intervenção e Produção, 1979-1984

O presente período em estudo é caracterizado como sendo de bastante optimismo na esfera da organização da produção nacional com a adopção em meados de 1979 do primeiro plano estatal central para a economia⁵⁵. Neste plano, o sector industrial foi visado como impulsionador do desenvolvimento económico acelerado e constituiu uma prioridade central para o Estado. Em paralelo a estes eventos, este período constituiu o primeiro momento da presença do Estado na Fábrica de Cimentos da Matola, onde as transformações decorrentes deste processo inevitavelmente condicionaram a evolução da sua estrutura de produção. Tutelada inicialmente pelo Ministério da Indústria e Energia e posteriormente pelo Ministério de Construção e Águas⁵⁶, esta fábrica geriu desde o início índices de produção inferiores relativamente ao período anterior à independência por razões adversas que ao longo deste trabalho iremos apresentar. Com a mudança de parceiros económicos o Estado empreendeu uma larga campanha de recobertura financeira nas empresas que permitiu em certas unidades de produção, recompensar a escassez da força de trabalho qualificada, factor que permitiu a manutenção dos elevados níveis de produção verificados no início da década de 1980.

A mudança dos laços económicos entre a fábrica e a África do Sul a favor dos países socialistas significou de certo modo a perda do lugar privilegiado que esta ocupava para o aprovisionamento rápido de peças sobressalentes e de assistência técnica directamente daquele país⁵⁷, passando o referido aprovisionamento a ser realizado a partir dos países

⁵⁵ Egero, 1992, p. 102.

⁵⁶ ONUDI, 1987, Vol. II, P. 187.

⁵⁷ Wuyts, 1980.p.2.

socialistas mediante a utilização dos planos⁵⁸. Este aspecto iria determinar profundamente a alteração dos então conhecidos níveis de produção do período anterior à independência, uma vez que a estrutura tecnológica em uso na então RDA para a fabricação de cimento ainda era a de via húmida bastante diferente em relação à àquela que vigora na fábrica da Matola. Devido à diferença tecnológica acima mencionada, o intercâmbio que se realizou entre a fábrica de cimentos e a então RDA iria se confinar (de acordo com os entrevistados), mais em pessoal especializado e financeiro do que no fornecimento de acessórios necessários à manutenção⁵⁹.

Em face dos grandes investimentos que haviam sido realizados neste período, a fábrica da Matola garantiu o fornecimento de cimento aos grandes projectos industriais (especialmente as barragens de Corrumana e dos Pequenos Libombos cuja construção iniciou em 1982⁶⁰, a reabilitação das linhas férreas e linhas de distribuição de energia)⁶¹ e por outro determinou o seu emprego na construção civil e outras obras públicas que evoluíram ao longo deste período no sul do país.

As estimativas das necessidades anuais de consumo baseavam-se numa metodologia que consistia no estabelecimento dos contactos entre a fábrica e as empresas de construção (intervencionadas ou não), responsáveis pela construção dos grandes projectos a fim de indicarem as suas necessidades neste produto.

⁵⁸ Mosca, 1999, p.145

⁵⁹ Entrevista com Mário Reis; Issufo Omar Issufo. Ambos os entrevistados afirmaram que a participação dos técnicos alemães (do leste europeu) e cubanos foi de extrema importância porque o forno era novo e os moçambicanos não haviam atingido ainda um nível adequado para a sua manipulação.

⁶⁰ Documento Informativo (1), 1982, P.15.

⁶¹ Torp et al., 1989, p.44

No quadro seguinte inserem-se os números relativos à produção do cimento distribuída pelo respectivo custo anual em moeda nacional e estrangeira entre 1979 – 1984:

Quadro 5: Saídas de cimento em moeda interna e externa, 1979-1984

Anos	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Toneladas 1000 t.	167 133	143 753	151 969	178 870	157 645	83 380
Valor 1000 contos (MT)	85 210	92 640	100 647	133 658	130 006	64 208
Valor em divisas	77 998	52 631	43 571	45 594	31 030	26 039

Fonte: Estatística Oficial do Gabinete de Control da Qualidade da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL, 2005.

Observando atentamente o quadro, pode-se verificar que os resultados produtivos foram diversos, mas, contudo representaram a concretização dos planos estatais através da forte componente financeira que o Estado projectou para este sector. O ritmo de crescimento que a fábrica conheceu, permitiu a colocação dentro do país da maior parte da sua produção e uma parcela destinou-se à exportação até 1984. Os países de destino do cimento exportado constavam a Tanzania, as Ilhas Comores, o Malawi, o Madagáscar, a Suazilândia e o Lesotho.

No período aqui estudado, o cimento configurou-se como uma produção da indústria virada para o mercado interno e externo. Até 1983, a fábrica da Matola havia assegurado com eficiência o fornecimento da sua produção para construção de novas

infra-estruturas⁶² que continuou até 1985⁶³, sendo que no período posterior, a produção seria afectada com o agravamento do conflito armado que determinou a paralisação parcial das fábricas do sul e do centro do país.

Capítulo IV. A PRODUÇÃO DO CIMENTO EM TEMPO DE GUERRA, 1984 – 1990

A situação industrial no período em estudo ao nível nacional foi afectada pelo contexto económico e político no qual a produção era empreendida. As mudanças institucionais empreendidas reflectiram a incapacidade do Estado popular para o estabelecimento de uma alternativa hegemónica nos assuntos sócio-económicos do país.

1. A Evolução da Produção de Cimento entre 1984 e 1986

Entre 1984 e 1986, a concentração dos esforços do Estado no ramo dos cimentos não encontrou a correspondência necessária devido à evolução da guerra que dificultou o acesso a mina de calcário situada em Salamanga, a 60⁶⁴ quilómetros do sul da cidade de Maputo. Por outro lado diversos factores também em paralelo a este teriam concorrido para a perda da eficiência da fábrica nomeadamente a retirada significativa do apoio prestado pelos países socialistas em meados da década⁶⁵, a distorção na produção causada pelo estado de obsolência do equipamento que havia conhecido a última reparação geral em 1978 e as dificuldades resultantes do custo planificado para importação do clínquer.

⁶² Wellmer, [s.d.], p.15

⁶³ Castel-Branco, 1994, p. 107

⁶⁴ ONUDI., Vol. 2, 1987, p. 191

⁶⁵ Mosca, 1999, p. 158

O segundo plano para a reabilitação da fábrica da Matola conheceu a sua aprovação na conferência realizada em Maseru (Lesotho), em Janeiro de 1983⁶⁶. O referido plano contemplava também a reabilitação das restantes unidades de produção do centro e do norte do país com vista a garantir o aumento da produção a baixo custo. A concretização do tal plano não chegou a materializar-se, cabendo a acção económica do governo contrariar o declínio das empresas estatais⁶⁷. Em 1985, as perdas sistemáticas ocasionadas pela distorção do tecido industrial moçambicano eram agravadas pelo baixo nível dos preços praticados pelo Estado uma vez que as empresas intervencionadas não possuíam a autonomia para a definição dos preços⁶⁸. Salienta-se deste modo que o ramo de produção do cimento é um dos sectores onde o equipamento contribui bastante para o custo de produção em escala apreciável.

Estima-se que entre 1984 e 1986 a produção nesta fábrica tivesse decaído para cerca de metade em relação a 1983, o último ano em que a produção ultrapassou as 100 000 toneladas⁶⁹ na fábrica da Matola, passando deste modo a gerir valores inferiores e decrescentes. As vendas em moeda nacional alcançaram entre 1985 e 1986 o valor de 94 940 mil contos de Meticais e em divisas 14 332 mil contos segundo fontes oficiais da empresa⁷⁰.

A Fábrica de Cimentos da Matola embora constituísse uma indústria de base para a construção de infra-estruturas económicas e a maior do país, foi considerada como prioritária para o desenvolvimento económico e social pelo Estado no âmbito da implementação das primeiras políticas centralmente planificadas. Contudo, nos meados

⁶⁶ ONUDI., Vol. 2, 1987, p.191

⁶⁷ Torp et al., 1989, p.37

⁶⁸ ONUDI., Vol. 1, 1987, p. 4

⁶⁹ Veja-se anexo 1

⁷⁰ *Idem.*

da década de 1980, esta fábrica havia-se transformado numa das instituições mais devedoras da banca nacional⁷¹. O problema da fábrica ligava-se à crise que afectava o nosso país, associado aos problemas de conjuntura político-económica regional. O encerramento da mina de calcário acima referido condicionou para o abastecimento em matéria-prima à fábrica a partir da África do Sul, da Arábia Saudita e da Índia até ao fim do conflito armado no nosso país⁷².

2. O Panorama Sócio Económico da Fábrica entre 1987-1990

A Fábrica de Cimentos da Matola constituiu desde 1979 um prolongamento da política centralizada do Estado com o objectivo de garantir o auto-abastecimento, a melhoria das condições de vida para a sociedade e atrair divisas ao país. A imagem que esta apresentava no momento da introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em Janeiro de 1987⁷³ caracterizava-se por baixos níveis de produção, cerca de 25 por cento dos níveis de 1982⁷⁴, um elevado número de trabalhadores com formação insuficiente para as dimensões e exigências da fábrica e um elevado endividamento à banca nacional⁷⁵. Estima-se para meados da década de 1980 que a indústria de cimentos nacional empregava 1650 trabalhadores dos quais, 45 por cento faziam parte da fabrica da Matola⁷⁶, e a sua manutenção se enquadrava na política económica do governo para o

⁷¹ ONUDI., Vol. 1, 1987, p. 86

⁷² Entrevista com Issufo Omar Issufo

⁷³ Torp et al., 1989, p. 50

⁷⁴ Veja-se anexo I

⁷⁵ ONUDI., Vol. 1, p.86

⁷⁶ ONUDI., Vol. 2, p.57 ; p.189; Este cálculo percentual inclui para além de trabalhadores afectos à administração, mas também a fábrica e a pedreira.

combate ao desemprego⁷⁷. Os canais de fornecimento das matérias-primas e de comercialização haviam sido destruídos pela guerra de desestabilização movida a partir do exterior. A nova política desenvolvida pelo Estado estava a ser implementada num momento bastante complexo para a economia e para a sociedade⁷⁸. O panorama laboral era descrito como desolador nas empresas estatais⁷⁹ e a fábrica da Matola não fugiu a regra geral, porque também se confrontava com os mesmos problemas. A diferença com estas empresas é que a fábrica nunca parou de produzir. Normalmente, quando uma economia é submetida a perturbações conjunturais importantes, criam-se fundamentos para uma nova economia no decorrer das actividades económicas. A intervenção estava a ser colocada em causa. O PRE vinha com uma componente económica que visava a rentabilização das empresas estatais⁸⁰. Em Abril de 1988 o governador do Banco de Moçambique assinava um acordo com o Banco Europeu de Investimentos para a reabilitação da fábrica da Matola no âmbito do PRE⁸¹. Mais apoios complementares vieram neste ano de vários organismos internacionais tais como o Banco Mundial, a DANIDA, a NORAD⁸² e outros com vista a iniciar com as obras de reabilitação desta e da sua respectiva pedreira em Salamanga⁸³.

O funcionamento desta indústria no nosso país durante a implementação do PRE, apenas limitou-se a sua orientação comercial interna muito baixa determinada pelo clima político e da perda da sua componente competitiva. A sua resistência face às

⁷⁷ Wuyts, 1980, p. 7

⁷⁸ Hermele, 1992, P.170

⁷⁹ Marshall, 1992, p.45

⁸⁰ Notícias, 04.01.1995, p.9

⁸¹ Fornecido pela fábrica; O programa para a reabilitação de 1990 não contemplava toda a fábrica mas sim compreendia a reabilitação da torre do pre-aquecimento [Correspondência, 30.06.90].

⁸² Nkomo, 1998, p.2

⁸³ Tempo, 17.07.1994, p.19

transformações mais ou menos rápidas de uma economia centralizada para uma economia de mercado testemunhou o interesse que o Estado tinha com o sector.

3. Produção e Participação, 1987 – 1990

Nesta secção debruçaremos sobre a problemática da produtividade tentando fazer coincidir este aspecto e o impacto dos próprios trabalhadores sobre o local onde a produção se realiza.

Não obstante, os níveis de produção começaram a decrescer desde 1984 quando a fábrica encerrou alguns dos sectores chaves passando a dedicar parte das suas actividades na moenda do clínquer importado. Este factor levou à reintegração da força de trabalho excedentária ou aquela que ficou sem trabalho devido ao encerramento da pedreira em diversos sectores em funcionamento pleno na empresa. Conscientes de que a recuperação seria difícil, os trabalhadores desenvolveram uma mentalidade activista caracterizada por uma crescente participação e de uma auto-disciplina colectiva porque estes operários antes de serem integrados na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) em 1983, na sua maior parte haviam participado nos conselhos de produção⁸⁴ (embriões dos futuros sindicatos dos trabalhadores foram implementados na indústria de 1978-1981)⁸⁵, o que lhes teria permitido a possibilidade de criar condições favoráveis para uma libertação das iniciativas operárias. Por forma a ultrapassar estes obstáculos assistiu-se a uma mobilização geral dos trabalhadores para manter a produtividade e para combater o

⁸⁴ A obra de Egero (1987) descreve a maneira pela qual a distribuição do controlo político conseguia eliminar o absentismo e outros problemas no processo de trabalho em unidades de produção.

⁸⁵ Egero, 1992, pp. 101-102

absentismo⁸⁶, o ritmo vagaroso durante o trabalho e elevar a disciplina laboral. Alguns grupos de trabalhadores que se encontravam sub-ocupados devido às consequências da paralisação da pedreira, acima mencionada, passaram a dedicar parte do seu tempo nas zonas verdes da empresa, no saneamento do meio e de valas de drenagem que desaguam no mar.

A lógica deste processo enquadrava-se na convicção prevalecente nas empresas do Estado que valia a pena pagar ao pessoal qualificado ou semi-qualificado e mantê-lo sem produzir a fim de que quando surgisse uma oportunidade, se pudesse utilizá-lo dentro das suas capacidades, sem terem de despedi-lo correndo o risco de não obterem na devida altura algum pessoal com as qualificações desejadas⁸⁷. Por outro lado o Estado procurou através do partido mobilizar política e ideologicamente os trabalhadores de forma unilateral, bem como sobre eles, exercer determinada pressão política e administrativa com o objectivo de os envolver no aumento da produção⁸⁸.

O impacto da aplicação dos instrumentos de controlo pode ser avaliado pela quantidade dos processos levantados contra este facto no período em estudo e também posterior a este. Em 1990 foi emitida uma ordem de serviço que dava a entender a aqueles trabalhadores que abandonavam os seus postos de trabalho alegando terem cumprido com a jornada laboral (8 horas), justificando para o efeito que teriam trabalhado em empreitada⁸⁹. Esta situação criava frequentemente transtornos para os restantes trabalhadores da fábrica. Na verdade, aos casos de abandono dos postos de trabalho face à reduzida perspectiva do mercado de trabalho, juntavam-se deste modo os

⁸⁶ Guião para as Reuniões a Realizar nas Empresas, Importância da Semana da Indústria e Quais os seus Objectivos, [s.d.], p. 6

⁸⁷ ONUDI., Vol. 1, 1987, p.70

⁸⁸ Aderhold, 1987, p.4

⁸⁹ Ordem de Serviço nº 11/90

despedimentos por justa causa que no momento das grandes transformações sócio-económicas do país, tornam-se fáceis de invocar em virtude da multiplicidade de situações susceptíveis de despedimento disciplinar em que incorrem os trabalhadores. Foi neste contexto que apareceu uma outra ordem interna dando a entender que no âmbito do processo de aplicação das medidas disciplinares no sentido de repôr a disciplina laboral que se encontrava profundamente ameaçada na fábrica, doze trabalhadores eram dispensados pelo não cumprimento das ordens internas da fábrica⁹⁰.

As medidas administrativas eram extensivas para os faltosos que compareciam ao posto de trabalho sem nenhuma justificação substancial. As sanções disciplinares em casos desta natureza davam o direito a uma punição de meio dia sem vencimento e o corte de um dia nas férias⁹¹. Com vista ao controlo da assiduidade, foi introduzido o relógio do ponto como meio mais compatível para o regime do trabalho na fábrica. Os escalões dos trabalhadores sujeitos ao controlo pelo relógio situavam-se abaixo dos promovidos a níveis de chefia, aos técnicos superiores e médios justificando-se que no caso dos últimos, a sua situação era caracterizada pelas frequentes solicitações que lhes eram feitas fora das horas normais de serviço⁹².

De certa forma estas medidas contribuíram para corrigir alguns aspectos negativos sobre o aproveitamento do tempo de serviço na fábrica e garantir a manutenção da produtividade no seio dos trabalhadores. Os resultados da utilização dos instrumentos de pressão para manter a disciplina na fábrica tiveram resultados observáveis. A verdade pode ser testemunhada com os índices de produção entre 1987 e 1990, pois estes estão um pouco acima daquilo que era a produção máxima do período correspondente aos

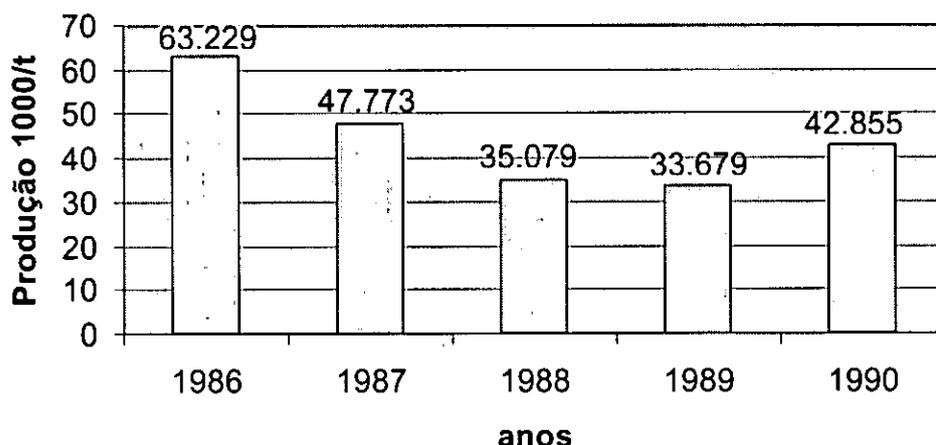
⁹⁰ Ordem n° 23/90

⁹¹ Informação da fábrica

⁹² Ordem de Serviço n° 11/90

primeiros anos de vida da fábrica de 1923 (30 000 toneladas por ano⁹³) até 1945, mas muito inferior em relação a capacidade instalada, avaliada em 600 000 toneladas por ano, porque apenas se explorava cerca de 7 por cento desta. Esta análise comparativa é acompanhada pelos seguintes dados indicativos do período entre 1986 e 1990:

Quadro 6: Produção do cimento em momento da crise económica, 1986-1990



Fonte: Estatística Oficial do Gabinete de Control da Qualidade da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL, 2005

O período em estudo é caracterizado por diversos constrangimentos para a indústria nacional do cimento que em certa medida determinaram por um lado a baixa produção e por outro a sua comercialização. A comercialização dependia da evolução do sector da construção e como não houve a implementação de grandes projectos públicos e urbanos devido à guerra, este factor conduziu ao enfraquecimento económico das fábricas de cimento do país no geral. Durante os anos 1987 e 1990, o crescimento do consumo

⁹³ Economia de Moçambique (9), Setembro, 1965, p.55

nacional de cimento aumentou apenas 23 por cento devido a razões acima apontadas⁹⁴ e não foram poucas as vezes que a fábrica continuou a manter todos os silos cheios por falta de mercado para o cimento⁹⁵. A expansão urbana estava comprometida com a guerra e o Estado estava totalmente enfraquecido pelo custo do conflito armado e com pouca força não era capaz de garantir a uma retoma económica determinante para o crescimento da produção ou para voltar a alcançar as cifras produzidas ou semelhantes a aquelas de 1981.

Capítulo V. As Condições Sócio-Económicas na Fábrica Durante o Período Estatal, 1979-1994

No contexto geral das intervenções, o Estado cumpriu com a tarefa de aprovisionamento das melhores condições de trabalho aos moçambicanos em relação ao período colonial. Com a distorção do tecido industrial, a privatização constituiu a plataforma das reformas políticas introduzidas como alternativa económica deste.

1. Organização e Funcionamento da Fábrica

Com a passagem do poder para as mãos dos moçambicanos, o Estado procurou antecipadamente atribuir a segurança social a todos os trabalhadores nas empresas intervencionadas quer especializados quer não, baseando-se na correcta aplicação dos princípios da justa remuneração em conformidade com o trabalho realizado⁹⁶. Diferentemente do período colonial conforme acima nos referimos, os trabalhadores da

⁹⁴ Nkomo, 1998, p.17

⁹⁵ Entrevista com Issufo Omar Issufo

⁹⁶ Ver o Decreto-lei nº 2/81 de 30 de Setembro.

fábrica de cimentos passaram a beneficiar de um vasto leque de apoio que por vezes chegava a abranger os familiares directos. A acção da formação técnica materializou-se pela primeira vez nos princípios dos anos oitenta com o envio dos seus trabalhadores para alguns países que cooperavam com a fábrica como foi o caso da Cuba e da então RDA.

A maioria dos cargos nas secções específicas da empresa passaram a ser ocupados por técnicos nacionais indicados pelo Estado. As iniciativas para a integração profissional com vista a promoção do trabalhador para certos cargos assim como para elevar o seu nível de vida e para a sua melhoria salarial, foi criada uma comissão de avaliação prévia no momento da intervenção desta fábrica pelo Estado como única via possível dada a escassez de técnicos qualificados e pela complexa definição das carreiras profissionais⁹⁷.

Este sistema de avaliação consistiu em medir a capacidade intelectual do trabalhador através de normas fáceis baseadas no princípio de fixação de uma tarefa diária, fácil de compreender e de assimilar⁹⁸. O sucesso deste enquadramento pode ser avaliado pelo rol das remunerações que os operários foram se habilitando, caracterizado por compensações que estiveram um pouco acima da definição das tabelas salariais introduzidas pelo Governo entre 1980, 1985 e 1987⁹⁹, embora que fossem invariáveis.

Aquando da análise dos processos laborais dos operários, uma categoria predominantemente ocupada por trabalhadores com habilitações académicas equivalentes à quarta classe do sistema colonial, ou promovidos a tais categorias confirmou a respectiva uniformidade salarial. Vejamos agora a grelha salarial então praticada pelo Estado para os técnicos básicos nas empresas estatais e na fábrica em particular.

⁹⁷ Informação da fábrica

⁹⁸ Entrevista com Teodósio Clemente Dias Gouveia

⁹⁹ ONUDI, Vol 1, 1987, pp. 64; 65; 68

Quadro nº7: Comparação da tabela salarial normal e da fábrica de cimentos da Matola entre 1978 e 1987

Anos	Escalão	Salário normal (MT)/mês	Sal. da fábrica (MT)/mês
1978	Básico	—	6 000 / 6 500
1980	Básico	2 500 / 3100	2 500 / 6 500
1985	Básico	5 500	6 500
1987	Básico	5 500	6 700

Fonte: Elaboração própria com base nos processos laborais dos trabalhadores da empresa; ONUDI, 1987, Vol.1, p. 65; Torp et al., 1989, p. 86;

Em 1987 foi publicada uma nova grelha salarial e os salários fixos neste ano para os técnicos formados nas escolas técnico-básicas e centros de formação profissional continuaram nos 5 500 Meticais, representando deste modo uma desvantagem em relação aos operários da fábrica. Os salários apenas eram acrescidos com a prestação de serviços “extras” à empresa e aos subsídios de turnos que os trabalhadores tinham direito.

As diferenças de tratamento do trabalhador que podemos encontrar entre o período capitalista colonial e o seguinte são, segundo os trabalhadores por nós contactados, “de noite para o dia”. Primeiro porque a assinatura do contrato de trabalho no período colonial exigia que o trabalhador moçambicano permanecesse num estágio de dois anos¹⁰⁰ e segundo, com a intervenção do Estado o trabalhador passou a ter que esperar apenas noventa dias e beneficiar dos serviços sociais existentes no centro de trabalho em que prestava a sua actividade¹⁰¹. Para melhor controlar o emprego, os trabalhadores

¹⁰⁰ Entrevista com Joshua Henriques Massango

¹⁰¹ Regulamento Interno da Empresa para o Regime dos Contratos de Trabalho no período em estudo.

passaram a ser recrutados nas escolas secundárias mais próximas da fábrica e sujeitos a um curso de formação na empresa¹⁰².

No pós-independência os trabalhadores passaram a ter um sistema de turnos rotativos favoráveis, recebendo um subsídio correspondente que anteriormente cabia somente ao colono e o direito a férias anuais adquiridas que na descrição de dois trabalhadores ficamos bastante sensibilizados pelo ritmo em que passaram a decorrer as mudanças na empresa:

... o problema não era da carga horária, mas a mudança de turnos e com a independência estes passaram a ser das 6 horas e 30 minutos para as 14 horas e 30 minutos, das 14 horas e 30 minutos para as 22 horas e 30 minutos e das 22 horas e 30 minutos para as 6 horas e 30 minutos com uma escala de quatro dias e não uma semana como vinha sendo no período anterior e não obstante já vínhamos com o direito de subsídio de turno e de férias adquiridas anualmente¹⁰³.

A sindicalização dos trabalhadores ocorreu em 1983 com a criação da OTM, embora simbólica, esta sindicalização constituiu um gesto de retribuição do trabalhador perante a forma respeitosa pela qual o Estado o tratava¹⁰⁴. No seu conteúdo a participação do trabalhador nesta organização não pressupunha qualquer tipo de alteração de categoria ou de vencimento, mas na verdade é que foram muitos os trabalhadores que se tornaram membros desta organização embrionária na fábrica¹⁰⁵.

No período em estudo neste trabalho, os objectivos do Estado foram sempre de garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores através do seu enquadramento técnico-profissional no plano económico nacional até à altura das grandes transformações sócio-económicas motivadas pelo PRE. Face ao agravamento das condições penosas que afectavam os trabalhadores em finais da década de 1980 e inícios

¹⁰² Entrevista com Issufo Omar Issufo

¹⁰³ Entrevista com Artur Banze e Américo Nhantumbo

¹⁰⁴ Entrevista com Artur Banze

¹⁰⁵ Entrevista com Ricardo Tembe

da década de 1990 e que conduziram ao grande movimento grevista jamais visto no nosso país (que se abateu sobre os trabalhadores da Revista Tempo, dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e depois aos professores em princípios de 1990)¹⁰⁶, quando interrogados os trabalhadores sobre quais os motivos principais que não os levaram a aderir ao movimento, exclamaram:

Nós recebíamos, era pouco mas nós recebíamos porque noutras empresas o problema é que os trabalhadores não chegavam a ver os seus salários por vários meses. Aqui só tivemos um ligeiro atraso de uma semana para receber o salário nessa altura, mas a verdade é que a Cimentos da Matola no período estatal nunca deveu aos seus trabalhadores porque nós produzíamos e noutras empresas a produção estava estagnada¹⁰⁷.

Esta exposição ilustra a existência de uma relação directa entre os salários e o PRE com outras empresas e não com esta fábrica. A afirmação de que a cimentos pagava aos seus trabalhadores é convincente e normalmente esta empresa pagava¹⁰⁸ antes do fim do mês e a intensificação de encontros ocasionais entre o director da fábrica e os trabalhadores para juntos discutirem os problemas que ocorriam noutras empresas foi suficiente para motivar os trabalhadores para a continuação da produção em período da grande crise social devido aos efeitos da política do reajustamento económico introduzida pelo governo.

Note-se que a prática desta forma de privilegiar os trabalhadores, teve consequências profundas na estrutura social da empresa. Os privilégios e regalias dos trabalhadores iam do vencimento fixado pela lei e reajustado pela empresa¹⁰⁹ à garantia de assistência médica e medicamentosa no posto de saúde da fábrica que contava com a

¹⁰⁶ Marshall, 1992, p. 47

¹⁰⁷ Entrevista com Ricardo Tembe e Joshua Henriques Massango

¹⁰⁸ *Idem.*

¹⁰⁹ No âmbito do Programa da Acção Económica implementado entre 1984-1986, a legislação laboral concedeu autonomia às empresas para procederem aumentos salariais caso a situação financeira destas o permitisse, vide Torp et al., J. et al., 1989, p.37

visita de um médico uma vez por mês e dois paramédicos permanentes. Os trabalhadores com baixas qualificações não sofriam qualquer tipo de descontos pela utilização dos serviços de saúde juntamente com os seus familiares. Com o reaparecimento das clínicas privadas em princípios da década de 1990¹¹⁰, a fábrica passou a responsabilizar-se pela compra dos medicamentos nestes locais e reajustava com o trabalhador numa escala menor. Todo o colectivo de trabalhadores e das suas respectivas famílias tiveram sempre o direito de conviverem juntos em cada Primeiro dia do mês de Maio em cada ano e a participarem em actividades recreativas alusivas a comemoração de mais um dia dos trabalhadores na empresa¹¹¹.

O transporte pessoal sofreu uma evolução gradual. Inicialmente os trabalhadores eram transportados em grandes camiões e posteriormente passaram a ser transportados por autocarros. A morte de um trabalhador pressupunha a sua substituição por um parente seu e o posto ocupado por este, dependia do nível das suas qualificações. Algumas mulheres com o escalão de “auxiliar” na Cimentos da Matola eram esposas viúvas de trabalhadores falecidos trabalhando nesta unidade de produção. Estas mulheres engrossaram o número de trabalhadores do sexo feminino, contrabalançando o período colonial que é referido como sendo aquele em que as mulheres não tinham nenhum papel a desempenhar na empresa.

... somente houve uma senhora em toda a fábrica, estava na secretaria e era dactilógrafa por causa das notas confidenciais...¹¹²

A existência da Secção de Desenvolvimento Social nesta fábrica é de longa data. A sua função consistia no fornecimento da assistência social aos trabalhadores e dos

¹¹⁰ Marshal, 1992, p.42

¹¹¹ Entrevistata com Teodósio Clemente Dias Gouveia

¹¹² Entrevistata com Joshua Henriques Massango

membros dos seus agregados familiares, e a concessão de empréstimo ao trabalhador em caso de extrema necessidade. Por exemplo no caso de casamento do trabalhador, este podia requerer ao pedido de apoio financeiro até certo valor e consequentemente sofria um desconto no máximo até seis meses¹¹³. Foi no âmbito das suas actividades que a empresa assinou com os trabalhadores que em 1992 estariam por ventura a construir as suas residências como razão do restabelecimento da paz em Moçambique, um acordo colectivo¹¹⁴ para que estes passassem a abastecerem-se do cimento local.

2. A Produção de Cimento no Último Período Estatal, 1991–1994

O reaparecimento do mercado paralelo como consequência directa do PRE¹¹⁵, a produção de cimento manteve-se baixa devido a sua comercialização em grandes quantidades importadas em quase todos os locais de venda na província de Maputo a preços relativamente baixos em relação aos praticados pela fábrica. Os custos de produção do cimento nacional tornaram-se elevados devido ao custo no transporte das matérias-primas necessárias para a sua laboração e da importação do saco de papel e do gesso¹¹⁶.

Os dados estatísticos apresentados no quadro seguinte testemunham o declínio da produção para valores mais baixos associado também à reparações que a fábrica sofreu nos princípios da década.

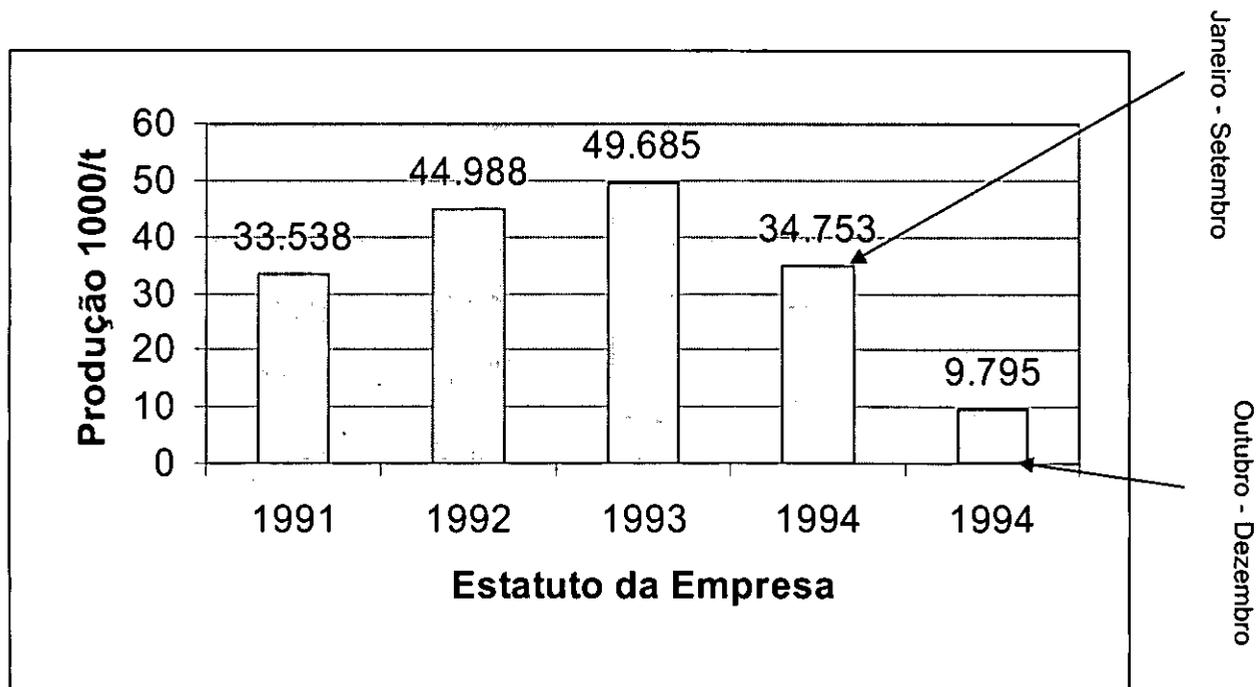
¹¹³ Comunicação interna, 30.07.84

¹¹⁴ Ordem de Serviço nº 32/90

¹¹⁵ Gentili, 1998, p. 382

¹¹⁶ Tempo, 17.07.1994, p. 20

Quadro 8: Produção da fábrica da Matola (período estatal e início do período



privado), 1991-1994:

- Estatal
- Privado

Fonte: Estatística Oficial do Gabinete de Control da Qualidade da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL, 2005

O quadro acima representa os índices de produção alcançados neste período, numa altura em que se preconizava uma articulação da política de desenvolvimento económico baseada no PRE. Uma base de retardamento da expansão do sector ou de acumulação dos acréscimos do valor produzido devido a privatização da fábrica, a produção atingiu um índice mais baixo da sua história que representou o renascimento da nova era para a empresa, aspirante da produção nacional de cimento.

3. Reabilitação da Fábrica no Contexto do PRE, 1991 – 1994

Iniciadas em 1985¹¹⁷, as privatizações em Moçambique passaram a ser um instrumento importante da política económica com a introdução do PRE em 1987 e o seu prolongamento no PRES¹¹⁸ a partir de 1992, ganhando então uma dimensão maior segundo à legislação promulgada pela Assembleia da República, através dos Artigo 6 da lei nº 15/91, de 3 de Agosto. Foi no contexto desta lei pelo artigo 14 e Decreto nº 3/93 de 21 de Abril que a Fábrica de Cimentos da Matola, E.E. e das suas delegações no centro e norte do país foi identificada para a sua reestruturação. Com a referida identificação sucedeu-se o concurso de alienação onde concorreram cinco consórcios internacionais tendo saído vencedora a proposta da Cimpor – Cimentos de Portugal com um montante na ordem dos 20 milhões de dólares americanos para a aquisição de 51 por cento do capital das três fábricas de produção moçambicanas¹¹⁹.

As actividades de reabilitação da fábrica da Matola e da sua respectiva pedreira foram iniciadas em 1990, tendo conhecido uma interrupção para a clarificação sobre os procedimentos da empresa para o reembolso dos montantes emprestados as organizações não governamentais anteriormente referidas. O comprometimento da Cimpor foi no sentido de continuar com a reabilitação das três unidades produtivas e garantir a utilização de metade da capacidade instalada na fábrica da Matola, avaliada em 300 000 toneladas por ano¹²⁰. Os activos da fábrica para a referida reabilitação no momento da celebração dos acordos a 12 de Outubro de 1994 previam a utilização de cerca de 77

¹¹⁷ Wellmer, [s.d.], p.12

¹¹⁸ Notícias, 04.01.1994, p. 9

¹¹⁹ *Idem*, p.9

¹²⁰ Tempo, 17.07.1994, p. 19

milhões de dólares americanos para um programa faseado em dez anos. Com a conclusão deste programa, as três fábricas de cimento poderiam alcançar uma capacidade de produção de aproximadamente a 1.1 milhão de toneladas por ano e produzir em cruzeiro cerca de 870 mil toneladas por ano, das quais cerca de 20 a 25 por cento se destinaria aos mercados de exportação¹²¹.

¹²¹ Notícias, 04.01.1994, p. 9

VI. Considerações Finais

As transformações político-económico e sociais que ocorreram no nosso país após a independência nacional em Junho de 1975, provocaram alterações profundas em todos os segmentos da economia nacional que anteriormente haviam servido ao poder capitalista colonial. A expressão política do novo Estado para garantir a melhor direcção económica do país consistiu na maior centralização do poder económico que já havia começado a demonstrar a distorção das actividades de importância nacional.

Com a adopção do sistema político e económico socialista no Terceiro Congresso do Partido Frelimo realizado em 1977, foi dada maior importância ao sector estatal como agente impulsionador do desenvolvimento económico e para a materialização dos objectivos definidos pelo Estado para cada ramo de actividade económica. No que concerne às economias socialistas, a intervenção estatal nas empresas demonstra que a decisão sobre a acção económica tem de tomar em conta os interesses conflituosos que podem existir entre o capital privado e o Estado para o desenvolvimento das suas actividades baseadas no princípio do cálculo económico e para o aumento da produção e da produtividade.

Em Moçambique a forma pela qual a classe capitalista colonial que detinha o poder económico quando abandonou o país no momento da independência, obrigou o novo Estado a assumir os destinos económicos da nação e a importância atribuída ao operariado durante o processo transitório para o socialismo foi de grande relevo. Deste modo, o processo das nacionalizações e intervenções de carácter político e oficial, visou em parte o salvamento da actividade económica nacional.

Na realidade o efeito da saída de técnicos qualificados comprometeu o futuro das actividades económicas na sua generalidade, e o sector cimenteiro nacional que constitui o centro motor da análise do presente estudo não fugiu a regra porque sentiu os efeitos da descolonização. Os esforços do Estado neste sector desde 1979 consistiram na mobilização política dos trabalhadores como aliados principais para a definição das directivas económicas anuais com a sua integração nos Grupos Dinamizadores e nos Conselhos de Produção.

Ao longo dos catorze anos em que as três fábricas do país estiveram nas mãos do Estado, assistiu-se a uma alteração profunda das relações de produção porque o trabalhador moçambicano passou a ser cada vez mais respeitado e valorizado em relação ao período colonial. As melhorias neste sentido podem ser conferidas pelo seu enquadramento nas organizações embrionárias da futura Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), criada em 1983, atendendo que no período anterior à independência estes trabalhadores nunca haviam experimentado a sua participação nos sindicatos corporativos fascistas.

A cooperação internacional que Moçambique efectuou com os países socialistas como a RDA e a Cuba durante o momento da transição para o socialismo e da crise geral da economia nacional constituiu a única via possível para o desenvolvimento da acção formativa dos moçambicanos segundo a qual havia sido negada durante o regime colonial e estimulou a tentativa política para corrigir mais tarde os problemas da instabilidade da força de trabalho no sector cimenteiro nacional com o reaparecimento do sector privado nos meados da década de 1980.

A maioria dos cargos intermédios de chefia ocupados por moçambicanos depois de 1980 na Fábrica de Cimentos da Matola SARL, reflecte o impacto da referida cooperação porque um determinado número de técnicos moçambicanos foi treinado nos países acima indicados para a continuação do desenvolvimento acelerado da indústria que no período de transição socialista se perspectivou pelo estado popular.

Com a formação dos técnicos realizada nestes países, foi possível para o Estado ultrapassar o complexo problema de definição de carreiras profissionais por um lado e a correcta aplicação dos princípios de justa remuneração por outro que, porém, haviam sido parcialmente ignorados depois da independência nacional na fábrica. Este aspecto reflectiu-se com a congelação salarial dos trabalhadores que permaneceram inalterados até 1987. Por exemplo, o salário de um técnico básico de 1978 era de 6 500 Meticais e permaneceu inalterado até 1987, passando neste ano a ser de 6 700 Meticais devendo o acréscimo salarial a subsídios mensais de turnos.

Durante o período em estudo o plano da empresa de cimento no que diz respeito a vertente produtiva, o recurso ao plano estatal constituiu parte integrante do plano da economia nacional expresso nas directivas económicas. O sistema do plano na produção de cimento era elaborado segundo a iniciativa do Governo para a realização dos projectos de construção de infra-estruturas como escolas, barragens, etc.

A participação dos trabalhadores reflectiu a relação estruturada entre o Estado e a fábrica e as causas de declínio da produção na década de 1980 foram alheias aos trabalhadores e também não derivaram dos problemas geralmente apontados por diversos autores como estando localizados na herança colonial. Apontaram-se mais as causas principais e responsáveis do declínio o conflito armado e a erosão da economia nacional.

A introdução em 1987 do Programa de Reabilitação Económica deformou as relações de trabalho baseadas no centralismo democrático. A situação laboral das empresas estatais foi bastante afectada com o processo da reforma económica e foram poucas as empresas que conseguiram sobreviver às mudanças. Durante a transição para a década de 1990, o momento social nas empresas era desolador e as greves se estenderam desde o sector da educação, passando pela saúde até aos transportes públicos rodoviários e ferroviários. No sector dos cimentos conforme testemunhamos com base nas informações dos trabalhadores entrevistados, as relações da fábrica com o Estado eram privilegiadas uma vez que os trabalhadores nunca estagnaram. Em todo o período que a empresa não esteve a fabricar o cimento, estes pautaram pelo seu envolvimento de modo que produzissem com base na matéria-prima importada para garantirem os seus próprios salários até que chegasse o momento da sua privatização em 1994.

VII. Fontes Consultadas

1. Entrevistas

Entrevista com Abientarde Gonsalves Mavie, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 10 de Maio de 2005

Entrevista com Filimone Mazive, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 27 de Maio de 2005

Entrevista com Mário Reis, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 27 de Maio de 2005

Entrevista com Cabral Filimone Zandamela, Matola "H", 05 de Junho de 2005

Entrevista com Issufo Omar Issufo, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 03 de Junho de 2005

Entrevista com Henrique Joshua Massango, Matola "G", 06 de Junho de 2005

Entrevista com Artur Banze, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 06 de Junho de 2005

Entrevista com Américo Nhantumbo, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 06 de Junho de 2005

Entrevista com Teodósio Clemente Dias Gouveia, Fábrica de Cimentos da Matola SARL, 10 de Junho de 2005

Entrevista com Ricardo Tembe, Matola "B", 09 de Julho de 2005

Entrevista com Samuel Mandlate, Matola "H", 04 de Setembro de 2005

2. Documentos

Documento Informativo nº 1, A Situação Actual no Nosso País, O que herdámos; a realidade; o nosso futuro, Maputo, CEDIMO, 1982, pp. 6-19.

Documentos da fábrica

Comunicação interna, 30.07.1984.

Estatística Oficial do Gabinete de Control da Qualidade da Fábrica de Cimentos da Matola, SARL, 2005, 3 p.

Ordem de Serviço nº 11/90

Ordem de Serviço nº 23/90

Ordem de Serviço nº 32/90

Regulamento Interno da Empresa para o Regime dos Contratos de Trabalho no período em estudo [s.d.]

Correspondência, 30.06.90

20 Processos Laborais dos Trabalhadores

3. Teses e Obras não Publicadas

ADERHOLD, G., Os Interesses Sociais e económicos dos Trabalhadores Moçambicanos e as Questões da Política Económica do Partido Frelimo, Berlim: Instituto do Movimento Operário Internacional, 1987, [Trabalho de Diploma para obtenção do grau de Doutoramento apresentado a Academia de Ciências Sociais Adjunta ao Comité Central do PSUA].

ANON. Guião para as Reuniões a Realizar nas Empresas, importância da semana da indústria e quais os seus objectivos, [s.l.; s.d.] pp. 2-7 [CEA, Cota: 5/AB]

HERMELE, K., War & Stabilization. A mid-term Review of Mozambique's Economic Rehabilitation Programme (PRE) with Implication for Swedish Development Assistance, [S.I.] SIDA, 1988

LEITE, J. P., La Formation de l'Economie Coloniale au Mozambique, Pacte Coloniale et Industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande, 1930 1974, Paris: EHSS, 1989, [Thèse du Doctorat]

NKOMO, R. Indústria de Cimento em Moçambique: competição, pauta aduaneira e uso de capacidade. Maputo: UEM. 1998, [Tese de licenciatura].

SKETCHELY, P., Problems of Transformation of Social Relation of Production in Post-Independence Mozambique, CEA, 1980

TORP, J. E., Industrial Planning and Development in Mozambique: preliminary consideration and their theoretical implication, Copenhagen: Institute for International Economics and Management, 1978

WELLMER, G., Mozambique: the economy, [s.l.; s.d.] p. 1-15 [CEA; cota 107/E]

WUYTS, M. A questão da Sub-Utilização da Capacidade Produtiva na Economia Actual.
Maputo: CEA, 1980

4. Legislação

1975 – Lei das Intervenções do Governo de Transição, B.R. I Série – 19, Supl., de 13 de Fevereiro de 1975

Decreto-lei 18/77 de 28 de Abril, Para a Materialização dos Objectivos Fixados no Plano Estatal

BOLETIM OFICIAL, I Série – 97, Supl., de 19 de Setembro de 1979

BOLETIM OFICIAL, I Série – 39, Supl., de 30 de Setembro de 1981– Lei das Empresas Estatais

5. Relatórios

IV Plano de Fomento, Parte III, Relatórios Sectoriais: vol IV, Industria transformadora, Lourenço Marques, 1973, pp. 2-35.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, Situação da Indústria em Moçambique, ONUDI, 1987, Vol. 2

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, Situação da Indústria em Moçambique, 1987, Vol 1

WORLD BANK, Mozambique, An Introductory Economic Survey, Eastern and Southern Africa Region, 1985

6. Revistas

FIGUEIRA, A. O povoamento Dirigido: factores condicionantes: principais Causas de insucesso, in: Ultramar, 41/42, 1970, pp. 104-111

‘Em Nacala mais uma Fábrica de Cimento’, Economia de Moçambique (1), Dezembro, 1963, pp.1-2.

'O processo de fabrico', Economia de Moçambique (9), vol. 2, Setembro, 1965, pp. 55-56

'Delegação Portuguesa Abandona Conversações', Tempo, 08.04.1979

'Última Hora, prossegue ofensiva presidencial', Tempo, 17.02.1980, p. 5

'Privatização como Solução', Tempo, 17.07.1994, pp.19-20

7. Jornais

'Porquê o Desemprego? - Código de Trabalho Rural: arma para a não sindicalização', Notícias, 08.07.1974, p.3.

'Conversações Moçambique - Portugal', Notícias, 08.04.1979, pp. 1-2.

BRANDÃO, A., 'Privatização da Cimentos de Moçambique', E.E., Notícias, 04.01.1995, p. 9

8. Obras Publicadas

António Champalimaud, 'Um Depoimento', in: Academia de Marinha, Almirante Sarmiento Rodrigues, 1899-1979, Testemunhos e Inéditos no Centenário do seu Nascimento, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cintra, 1999

ANTUNES, M. G. Benefícios e Custos da Emigração: introdução ao seu estudo, Lisboa: Fundo do Desenvolvimento da Mão-de-Obra, 1966

CAPELA, J. O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias; as ideias de Marcelo Caetano: legislação do trabalho nas colónias nos anos 60. Porto: Edições Afrontamento, 1977

CASTEL-BRANCO, C. N., Moçambique: perspectivas económicas, Maputo: UEM/Faculdade de Economia, 1994

CHAMPALIMAUD, A., A Herança de Henrique Sommer, aspectos desconhecidos, Lisboa: Publicações Europa-América, 1972

CLARENCE-SMITH, G. O III Império Português, 1825-1975. Lisboa: Teorema, 1985

EGERO, B., A Dream Undone, The Political Economy of Democracy, 1975-84. Uppsala: SIAS, 1987

- EGERO, B., Moçambique: os primeiros dez anos da democracia, Maputo, AHM, 1992
- GENTILI, A. M. O Leão e o Caçador: uma história da Africa Sub-Saariana. Maputo: AHM, 1998
- HEDGES, D.; ROCHA, A., Moçambique Durante o Apogeu do Colonialismo Português, 1945-1961: A Economia e a Estrutura Social, in: História de Moçambique, Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930 – 1961, Vol. 2, Maputo: Livraria Universitária, 1999
- HERMELE, K., Stick and Carrot: political alliances and nascent capitalism in Mozambique, in: Authoritarianism, Democracy, and Adjustment, The Politics of Economic Reform in Africa, eds. P. Gibbon; Y. Bangura; A. Ofstad, Uppsala: Nordiska Afrikain institutet, 1992
- KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1992
- MARSHALL, J., Guerra, Dívida e Ajustamento Estrutural em Moçambique, o impacto social, Ottawa: The North-South Institute, 1992
- MONDLANE, E., Lutar por Moçambique, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1976, 2ª ed
- MOSCA, J. A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986), Lisboa: Instituto Piaget, 1999
- MOSCA, J., O Papel do Estado no Pós-Guerra e num Contexto de Reajustamento Estrutural, in: Estudos Moçambicanos Nº 11 e 12, Maputo: CEA, 1992, pp. 51-60.
- PENVENNE, J. Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974), antologia de artigos, Maputo: AHM, 1993, Estudos 9
- SANTOS, R. M., Uma Contribuição para a Análise da Economia de Moçambique, Lisboa: Companhia de Cimentos, 1959
- TORP, J. E. et al., Mozambique, São Tomé and Príncipe, economics, politics and society, London: Pinter Publishers, 1989

CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L.
GABINETE DE CONTROL DA QUALIDADE
ESTATÍSTICA

PRODUÇÃO DE CLINQUER, CIMENTO E SAÍDAS DE CIMENTO EM MOEDA INTERNA E EXTERNA,
CONSUMOS INTERNOS E EXPORTAÇÃO DE CLINQUER

1. PRODUÇÃO:		UNIDADE: TONELADA									
.CLINQUER											
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
MATOLA	168.801	152.161	160.215	204.540	141.743	159.400	209.600	152.620	183.753	166.049	
DONDO	116.991	175.786	246.507	222.753	109.730	68.354	92.175	150.311	91.210	39.267	
NACALA	60.947	78.032	85.660	73.420	21.645	20.736	24.482	35.866	36.000	27.300	
TOTAL	346.739	405.979	492.382	500.713	273.118	248.490	326.257	338.797	310.963	232.516	
.CIMENTO											
MATOLA	190.304	221.989	262.200	215.148	137.565	111.380	203.537	135.776	167.133	143.753	
DONDO	153.828	165.098	258.949	186.140	105.771	83.601	92.376	177.063	75.037	62.512	
NACALA	71.493	80.830	90.040	63.770	28.355	25.989	30.249	40.733	31.500	30.089	
TOTAL	415.625	467.917	611.189	465.058	271.691	220.970	326.162	353.572	273.670	236.354	
2. SAÍDAS DE CIMENTO:											
.VENDA EM MOEDA INTERNA (M. I.)											
MATOLA	192.985	219.993	260.621	216.048	136.600	100.037	103.582	82.597	85.210	92.540	
DONDO	154.250	161.688	252.683	191.787	93.708	61.870	49.000	53.000	37.000	40.249	
NACALA	82.570	79.195	89.602	64.458	29.897	25.989	27.294	26.226	17.000	30.001	
TOTAL	429.805	460.876	602.906	472.293	260.205	187.896	179.876	161.823	139.210	162.790	
.VENDA EM MOEDA EXTERNA (M. E.)											
MATOLA	900	0	0	1.080	1.620	10.673	102.697	55.079	77.998	52.031	
DONDO	0	0	0	0	9.550	15.721	54.088	118.284	27.550	35.383	
NACALA	0	0	0	0	0	0	3.600	17.881	12.017	2.040	
TOTAL	900	0	0	1.080	11.170	26.394	160.385	191.244	117.565	90.454	
TOTAL VENDAS	430.705	460.876	602.906	473.373	271.375	214.290	340.261	353.067	256.775	253.244	

GAB. CONTROL DA

CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L.
GABINETE DE CONTROL DA QUALIDADE
ESTATÍSTICA

PRODUÇÃO DE CLINQUER, CIMENTO E SAÍDAS DE CIMENTO EM MOEDA INTERNA E EXTERNA,
CONSUMOS INTERNOS E EXPORTAÇÃO DE CLINQUER

1. PRODUÇÃO:

UNIDADE: TONELADA

CLINQUER										
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
MATOLA	190.518	201.550	195.863	81.816	0	0	0	0	0	0
DONDO	73.883	51.960	7.750	4.651	6.059	0	0	0	0	0
NACALA	31.447	33.251	18.532	14.655	11.876	4.441	13.232	23.426	27.826	20.450
TOTAL	295.848	286.761	222.145	101.122	17.935	4.441	13.232	23.426	27.826	20.450

. CIMENTO

MATOLA	151.969	178.870	157.645	83.380	54.745	63.229	47.773	35.079	33.679	42.855
DONDO	77.000	58.913	12.639	6.748	7.740	833	13.238	10.966	9.575	15.104
NACALA	31.717	32.670	16.993	15.001	13.335	11.906	12.090	22.300	26.068	21.090
TOTAL	260.686	270.453	187.277	105.129	75.820	75.968	73.101	68.345	69.322	79.109

2. SAÍDAS DE CIMENTO:

. VENDA EM MOEDA INTERNA (M. I.)

MATOLA	100.647	133.658	130.006	64.208	50.586	44.354	27.607	25.059	26.787	29.703
DONDO	43.600	53.256	14.997	7.358	4.770	2.225	12.051	7.842	8.690	8.791
NACALA	25.588	26.389	17.640	14.514	12.413	11.357	11.713	16.625	26.132	19.084
TOTAL	169.835	213.303	162.643	86.080	67.769	57.936	51.371	49.526	61.609	57.658

. VENDA EM MOEDA EXTERNA (M. E.) - a)

MATOLA	43.571	45.594	31.030	26.039	3.324	11.008	11.529	10.653	7.088	11.176
DONDO	15.770	15.962	0	0	0	145	1.122	4.405	927	829
NACALA	4.420	6.840	708	0	0	294	300	1.861	264	899
TOTAL	63.761	68.396	31.738	26.039	3.324	11.447	12.951	16.919	8.279	12.904

TOTAL VENDAS	233.596	281.699	194.381	112.119	71.093	69.383	64.322	66.445	69.888	70.562
---------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

GAB. CONTROL DA

CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L.
GABINETE DE CONTROL DA QUALIDADE
ESTATÍSTICA

**PRODUÇÃO DE CLINQUER, CIMENTO E SAÍDAS DE CIMENTO EM MOEDA INTERNA E EXTERNA,
CONSUMOS INTERNOS E EXPORTAÇÃO DE CLINQUER**

1. PRODUÇÃO:

UNIDADE: TONELADA

.CLINQUER				1994		TOTL/94						
	1991	1992	1993	E.E.	S.A.R.L.		1995	1996	1997	1998	1999	2000
MATOLA	0	0	0	0	0	0	0	0	171.897	257.664	206.075	226.626
DONDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NACALA	14.769	13.868	12.029	4.766	106	4.872	4.111	14.786	12.911	17.543	18.521	6.123
TOTAL	14.769	13.868	12.029	4.766	106	4.872	4.111	14.786	184.808	275.207	224.596	232.749

.CIMENTO

MATOLA	33.538	44.988	49.685	34.753	9.795	44.548	100.890	125.353	142.824	190.718	215.652	225.412
DONDO	12.079	15.297	6.454	6.881	4.306	11.187	33.867	31.308	45.193	46.321	29.540	71.444
NACALA	16.726	14.901	12.206	5.180	4.260	9.440	16.516	23.724	31.901	28.283	25.850	58.980
TOTAL	62.343	75.186	68.345	46.814	18.361	65.175	151.273	180.385	219.918	265.322	271.042	345.836

2. SAÍDAS DE CIMENTO:

.VENDA EM MOEDA INTERNA (M. I.)

MATOLA	18.482	29.740	35.769	22.621	8.540	31.161	95.738	123.015	139.323	170.893	198.939	206.745
DONDO	16.363	14.882	5.898	4.705	4.068	8.773	32.063	32.809	41.007	43.299	31.100	62.350
NACALA	16.965	13.707	12.006	4.820	2.725	7.545	17.420	22.965	30.776	27.695	25.755	57.975
TOTAL	51.810	58.329	53.673	32.146	15.333	47.479	145.221	178.789	211.106	241.887	255.794	327.070

.VENDA EM MOEDA EXTERNA (M. E.) - a)

MATOLA	17.816	13.879	14.678	11.477	1.190	12.667	1.676	3.559	5.874	18.716	13.931	17.008
DONDO	752	283	195	302	226	528	256	303	1.568	829	1.504	1.563
NACALA	1.362	1.010	257	313	123	436	672	675	482	258	225	0
TOTAL	19.930	15.172	15.130	12.092	1.539	13.631	2.604	4.537	7.924	19.803	15.660	18.571

TOTAL VENDAS	71.740	73.501	68.803	44.238	16.872	61.110	147.825	183.326	219.030	261.690	271.454	345.641
---------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

GAB. CONTROL DA QUALI

Anexo 2

O PROCESSO DE FABRICO

Esquemáticamente o processo de fabrico desenvolve-se pelas seguintes fases:

- 1) Extracção e armazenagem do calcário (pedreira de Salamanga) e correctivos argilosos que constituem as matérias-primas da indústria;
- 2) Transporte das matérias primas para as fábricas e respectiva armazenagem na mesma;
- 3) Britagem do calcário e deslassagem de argila e respectiva armazenagem;
- 4) Fabrico de pasta ou de farinha a partir do calcário britado e das argilas; armazenagem da pasta ou farinha utilizando transportes pneumáticos;
- 5) Fabrico de clínquer (cozedura) a partir da pasta ou farinha e respectiva armazenagem;
- 6) Moagem do clínquer, adicionando gesso, obtendo-se o cimento que é ensilado por transporte pneumático;
- 7) Enchimento e expedição cimento embalado ou em granel.

O processo de fabrico na fábrica da Matola é denominado "via seca". Neste processo são necessárias 850 quilocalorias para cada quilo de clínquer produzido, enquanto na "via húmida" para o mesmo nível de produção consome 1400 quilocalorias. Dos investimentos necessários para a laboração são os seguintes: Calcário, marga argilosa, jorras e escórias, gesso, sacos, combustíveis (carvão e gásóleo) e electricidade. Destes investimentos, no período em estudo eram importados o clínquer, o gesso, os combustíveis líquidos, o carvão dada a impossibilidade de abastecimento a partir de Moatize devido a guerra.

Fontes: Economia de Moçambique (9), Vol. 2, Setembro, 1965, p. 56; Nkomo, 1998, p. 3; ONUDI, Vol. 1, 1987, p. 19; Entrevista com Issufo Omar Issufo

Anexo 3

QUESTIONÁRIO

- 1) Quando é que ingressou na fábrica?
- 2) Como é que ingressou? (se através de um concurso: sim ou não)
- 3) Como era o trabalho no tempo colonial aqui na fábrica?
- 4) Mais ou menos quantos trabalhadores a fábrica tinha em todos os sectores?
- 5) Quais os direitos é que o africano usufruía?
- 6) Quais os problemas levantados com o fornecimento do cimento à Barragem de Cahora Bassa no momento da sua construção?
- 7) Que mudança sentiu com a independência dentro da fábrica?
- 8) Em quantos sectores trabalhou durante a sua permanência na fabrica e quais os escalões que assumiu?
- 9) Participou em algum órgão político na empresa (Célula do Partido ou Conselho de produção)?
- 10) De que maneira a falta da força de trabalho especializado afectou a empresa?
- 11) Em que consistiu a participação de técnicos estrangeiros na fábrica? – foi positiva e quais foram as dificuldades decorrentes desta participação?
- 12) Quais foram os critérios efectuados para a admissão depois da independência?
- 13) Com a intervenção do Estado em 1979 na fábrica, os trabalhadores foram submetidos a algum curso profissional?
- 14) Quais os sectores que encerraram com o início da guerra e o que esta representou para fábrica?

- 15) De que maneira a fábrica passou a gerir a força de trabalho excedentária com a paralisação verificada em 1984?
- 16) Qual foi o impacto do PRE na fábrica?
- 17) Qual foi o papel do Estado nos primeiros anos do PRE aqui na fábrica?
- 18) Registou-se alguma rejeição ao tipo de salários por parte dos trabalhadores como aconteceu noutras fábricas antes e depois de 1990?
- 19) Os trabalhadores da fábrica participaram nas greves de 1989 e 1990?
- 20) Quais os estímulos dados aos trabalhadores de modo que permanecessem no local de trabalho?
- 21) Em quantas linhas de produção funciona a fábrica?
- 22) Qual é a matéria-prima básica para a produção do cimento?
- 23) Em que se baseia o processo de fabrico do cimento?
- 24) A fábrica chegou a registar uma paralisação geral?
- 25) Qual foi a participação da mulher entre o período colonial e o período pós-independência na fábrica?
- 26) Quais os papéis que a mulher passou a assumir na fábrica?